



GÉNERO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Educação, trabalho, família e condições
de vida em Portugal e na Europa**

Coordenadora
Anália Torres



TORRES, Anália, Prof.^a catedrática de Sociologia, coordenadora da Unidade de Sociologia no ISCSP, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É fundadora e coordenadora do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, centro classificado com Excelente pela FCT- Fundação para a Ciência e Tecnologia. Doutorada em Sociologia, foi entre outros cargos nacionais e internacionais, Presidente da ESA, European Sociological Association (2009-2011). Investiga e publica, a nível nacional e internacional na área do género. www.analiatorres.com

PINTO, Paula Campos, Prof.^a Associada do ISCSP-ULisboa, investigadora e co-coordenadora do CIEG. Doutorada em Sociologia pela York University, ensina e investiga na área das políticas públicas, desigualdades e interseccionalidades, incluindo as relacionadas com questões de género e deficiência. Sobre estes temas tem publicado em revistas internacionais e coordenado pesquisas nacionais e internacionais.

COSTA, Dália, Prof.^a Auxiliar do ISCSP-ULisboa, onde leciona desde 1996. Doutorada em Sociologia da Família; Mestre em Sociologia; tem Pós-graduação em Ciências Criminais e é licenciada em Política Social pelo ISCSP. É co-coordenadora e cofundadora do CIEG. Coordena e tem participado em vários projetos de investigação com financiamento nacional e internacional.

COELHO, Bernardo, Prof. Auxiliar Convidado no ISCSP-ULisboa, investigador e membro fundador do CIEG. Os seus principais interesses são sociologia da família, género, relações íntimas e sexualidade, planeamento e avaliação de políticas no domínio ou com impacto de género. Participa em pesquisas nacionais e internacionais nestes domínios e é autor e coautor de artigos e capítulos em livros.

MACIEL, Diana, Prof.^a Auxiliar Convidada do ISCSP-ULisboa e investigadora e membro fundador do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos do Género. Doutoranda em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Investiga na área da igualdade de género, juventude, toxicodependências e estudos longitudinais. Tem apresentado comunicações em conferências nacionais e internacionais e publicado artigos e livros dentro destas temáticas.

REIGADINHA, Tânia, Prof.^a assistente no Instituto Politécnico de Setúbal e investigadora. Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE-IUL, mestre em Sociologia, pelo ISCTE-IUL, é doutoranda em Gestão - Ciência Aplicada à Decisão na Universidade de Coimbra. Leciona unidades curriculares na área de Marketing e Logística. Colabora com o ISCSP-ULisboa em investigação na área da Sociologia. Faz investigação e publica nas áreas de Marketing, Sociologia e Retalho.

THEODORO, Ellen, Licenciada em Psicologia e mestre em Sociologia pelo ISCSP-ULisboa. Atualmente é bolsista de investigação do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, ISCSP, ULisboa.

GÉNERO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Educação, trabalho, família
e condições de vida em Portugal
e na Europa**

Anália Torres

Paula Campos Pinto

Dália Costa

Bernardo Coelho

Diana Maciel

Tânia Reigadinha

Ellen Theodoro



Novembro de 2018

Título: Género na infância e juventude: educação, trabalho, família e condições de vida em Portugal e na Europa

Design: Inês Sena

Paginação: Guidesign

ISBN: 978-989-8943-34-7

Os autores desta publicação não adoptaram o novo Acordo Ortográfico.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.



Este trabalho de pré-impressão é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/SOC/04304/2013.

GÉNERO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Educação, trabalho, família
e condições de vida em Portugal
e na Europa**

ÍNDICE

Género na Infância e Juventude

9	Introdução
	Capítulo 1
12	Género e infância
	Capítulo 2
16	Género e Juventude
16	2.1. Educação
28	2.2. Mercado de trabalho
36	2.3. Família e condições de vida
45	2.4. Violência e causas de morte
52	2.5. Valores
	Capítulo 3
56	Perfis e classes sociais dos jovens europeus
	Capítulo 4
62	Ideias síntese
64	Glossário
68	Quadros síntese
70	Referências

Introdução

O *booklet Género, Infância e Juventude* faz parte de um projeto mais amplo intitulado “Igualdade de Género e Idades da Vida”¹, que pretende caracterizar as relações de género nas diferentes idades da vida, – infância, juventude e idade adulta – e em diferentes contextos sociais e geográficos, situando Portugal no contexto europeu. A primeira idade da vida, onde se inclui a infância e a juventude (dos 0 aos 29 anos), é a que se analisa no presente texto. A segunda, que se designou por *rush hour of life* (dos 30 aos 49 anos) e a terceira, a chamada fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos), são objeto de análise em *booklets* específicos. A fase da vida posterior aos 65 anos não foi incluída no estudo por necessidade de fechamento do campo analítico e para não aumentar a já complexa e extensa consulta a fontes estatísticas diversificadas.

A análise da igualdade de género na fase da infância e da juventude pretende cumprir três objetivos. Em primeiro lugar, mapear e caracterizar as diferenças e semelhanças entre meninos e meninas, mulheres e homens jovens, analisando as relações que se estabelecem entre género, infância e juventude e contextos sociais em Portugal e nos outros países europeus. Este mapeamento e caracterização implicam a análise dos efeitos – diferenciadores ou homogeneizadores – da escolaridade, da posição perante o mercado de trabalho, das condições de vida e da família, dos rendimentos, das classes sociais, entre outros contextos². Em segundo lugar, identificar perfis de países e de jovens mulheres e homens comparando Portugal com a realidade europeia. Em terceiro lugar, avançar hipóteses explicativas para as diferenças e semelhanças encontradas, a partir dos contributos das teorias de género e das ciências sociais. Para ilustrar as tendências analisadas recorre-se à inclusão de caixas que sintetizam resultados de estudos relevantes sobre o tema.

Para compreender como se caracterizam e desenvolvem as relações de género na infância, na juventude, nos processos de entrada na vida adulta e no mercado de trabalho importa ter em consideração quatro dimensões analíticas. A dimensão estrutural a partir da qual se avalia como ser rapariga ou rapaz em contextos mais ou menos privilegiados, mais ou menos desprovidos de recursos económicos ou culturais, tem efeitos diferenciados. A dimensão institucional que se refere aos efeitos que o Estado social pode ter, através de políticas redistributivas, dos sistemas de ensino e de políticas de igualdade de

¹ A definição dos conceitos utilizados na pesquisa consta de um Glossário no final do texto.

² O leque de questões e temas envolvidos é muito abrangente, não foi por isso possível considerar um conjunto de outras assimetrias igualmente importantes, com génese em fatores como a orientação sexual e a diversidade das identidades de género, a raça ou etnia, a condição de imigrante ou perante deficiência.

género no percurso de jovens mulheres e homens. A dimensão conjuntural que integra dinâmicas económicas e sociais, como os efeitos mais recentes da globalização, da desindustrialização, da terciarização da economia e das conjunturas específicas como a crise económica e financeira que têm impacto na forma como se vive a igualdade de género na juventude. A dimensão simbólica e cultural, que pretende avaliar o efeito dos valores e dos estereótipos de género e como os contextos geracionais – ter nascido antes ou depois do 25 de Abril de 1974 em Portugal, por exemplo – também influenciam os percursos individuais e a construção das identidades de género.

A infância e a juventude são as primeiras fases na trajetória de vida dos indivíduos. Apesar de a maior parte dos documentos se referir à infância e à juventude de uma maneira geral, como se os meninos e as meninas ou os jovens e as jovens fossem agregados de pessoas indistintas quanto ao género, este estudo assinala que as identidades de género e a construção social da diferença começam a gerar-se em idades precoces, sendo depois alimentadas, realimentadas ou contrariadas em fases posteriores da vida. Importa, pois, perceber como estas influências iniciais se vão configurando para dar lugar a assimetrias e como estas se vão acumulando, ou atenuando, e que efeitos vão tendo ao longo da vida.

O texto está organizado a partir de um conjunto de questões a que se procura dar resposta e que guiam a análise desenvolvida no arco temporal entre 2000 e 2016. A análise incide sobre Portugal, a União Europeia a 27 países e nalguns casos sobre um grupo de países que visam representar diferentes modelos de Estado Social. Escolheu-se um conjunto de oito países, para além de Portugal, que se considera representarem modelos distintos de estados providência: Alemanha e França em representação do modelo continental; Reino Unido como exemplo do modelo liberal e Finlândia e Suécia do modelo nórdico; Espanha (em conjunto com Portugal) como países representativos do modelo do sul da Europa; e República Checa e Polónia representando os países da Europa de leste. Recorre-se a um conjunto diversificado de fontes de dados estatísticos como, entre outros, Eurostat (e a partir dele, a muitas das bases de dados que o alimentam), Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Económico (OCDE), Instituto Nacional de Estatística (INE), Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP-MTSSS), Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e PORDATA. Também se utilizaram bases de dados de inquéritos internacionais como o *European Social Survey* (ESS), *European Working Conditions Survey* (EWCS) e *International Social Survey Programme* (ISSP).

A este *booklet* seguem-se três outros, dois dedicados às outras duas idades da vida – *Género na rush hour of life*, – *Género na fase tardia da vida ativa* – e um terceiro que permite integrar as três idades, intitulado *Género e Idades da Vida*. Foi também publicado um livro intitulado *Igualdade de género ao longo da vida, Portugal no contexto europeu*, todos contendo dados para Portugal e a Europa e com uma perspetiva diacrónica de forma genérica para os últimos 15 anos. Procurou-se também, a partir de resultados de investigação qualitativa e quantitativa, aprofundar alguns temas apresentando estudos nacionais e internacionais relevantes em “caixas” inseridas ao longo dos textos. Espera-se agora que a abrangência desta análise, que permitiu a identificação de tendências fortes quanto à questão da igualdade de género, possibilite o aprofundamento de alguns dos resultados agora apresentados e a verificação das hipóteses explicativas em trabalhos futuros.

Capítulo 1

Género e infância

Que diferenças entre mulheres e homens se podem detetar desde a infância? Como se geram? E como se transformam em desigualdades? Qual o papel da criança, da família, da escola, dos pares, dos média e de outros contextos?

Sintetizam-se alguns dados e resultados de investigação que ajudam a definir, em traços gerais, tendências na forma como as identidades de género se vão construindo e reconstruindo nesta fase da infância.

- Em 2015, as crianças com menos de 6 anos de idade representavam, em média, 5,1% da população total nos 28 países da União Europeia. De forma transversal aos países verifica-se que nascem mais meninos do que meninas, embora a diferença entre os sexos seja pouco expressiva (quase 49% de meninas e cerca de 51% de meninos) (EIGE, 2017).
- Como se mostra no Quadro 1.1, é entre os 25 e os 29 anos de idade que o número de jovens do sexo masculino em Portugal passa a ser inferior ao de jovens do sexo feminino. Esta assinalável mudança demográfica relaciona-se também com a construção das identidades e das relações de género, como se analisará à frente.

Quadro 1.1 População residente em Portugal por grupos etários e por sexo, 2015

Idade	0 aos 04	05 aos 09	10 aos 14	15 aos 19	20 aos 24	25 aos 29	Total (0 aos 85+)
Homens	227.034	254.053	274.665	284.059	277.209	280.628	4.912.588
Mulheres	216.049	243.184	260.553	272.309	271.912	281.349	5.445.489

Fonte: PORDATA, INE – Estimativas Anuais da População Residente (<http://www.pordata.pt>).

- A família é o primeiro lugar onde os modelos de género vão sendo apropriados por meninos e meninas, de acordo com a observação dos comportamentos dos seus elementos do sexo masculino e do sexo feminino. É o que se verifica, por exemplo, nos contextos familiares quando ocorre a “reprodução de princípios de desigualdade de género na participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas” (Cunha 2007: 262).

- Os modelos de género podem ser reforçados nas creches e jardins de infância e através do conteúdo e imagens dos livros escolares. Como demonstrou Alvarez (2007), os conteúdos dos livros escolares tendem a sustentar assimetrias de género, perpetuando desigualdades.
- Família, Jardim infantil e depois a Escola, ao construírem uma visão de género numa lógica de oposição e diferença, tendem a desvalorizar as semelhanças entre homens e mulheres e a prestar menos atenção às diferentes formas de se ser rapariga (feminilidades) e rapaz (masculinidades).
- O modo como as pessoas agem é influenciado também por uma forte pressão para o consumo, oferecendo dois padrões distintos “para o menino” e “para a menina” segmentando dois nichos de mercado. Por outro lado, o modo como as pessoas reagem, reproduzindo estes padrões de forma quase automática, sem análise crítica, revela vontade de agir em conformidade social, isto é, conforme as normas sociais predominantes, desafiando-as pouco, ou poucas vezes, mantendo-as incontestadas. Assim também se tende a desvalorizar a importância destes elementos de formação nesta idade da vida.
- A brincar também se faz género. No pré-escolar, no recreio e na sala de aula, meninos e meninas vão ajustando o seu comportamento a uma visão normativa de género que também acentua diferenças e assimetrias entre os sexos.
- Rapazes e raparigas são agentes ativos no processo de construção de identidades de género. Ligam influências culturais ao que observam na família, na escola, na relação com os pares e noutros contextos. Os média e a internet fazem parte deste conjunto como agentes que influenciam comportamentos, veiculam estereótipos que as crianças tendem a reproduzir para garantir o sentimento de pertença, embora também possam resistir às pressões e ao controlo social ao qual estão sujeitas.

Fazendo género no recreio

Com o objetivo de compreender como os padrões de género se desenvolvem e de que maneira as/os jovens os contestam ou os reforçam, Maria do Mar Pereira (2012) realizou um estudo etnográfico sobre a construção das identidades de género em contexto escolar.

A investigadora observou as aulas e os intervalos de uma turma de 8.º ano e descreveu o peso significativo das fronteiras e normas de género no quotidiano dos/as jovens e como a diferença entre meninos e meninas é construída e negociada continuamente por elas/es e entre elas/es. Observou-se também nesse contexto a maneira como aquelas/es que desrespeitam as fronteiras e normas de género são potencialmente marcadas/os como desviantes e sujeitas/os a variadas formas de violência.

Pereira (2012) conclui que a diferenciação de género dá muito trabalho a manter no quotidiano e é algo que se faz todos os dias, contrariando a ideia de que os padrões de género seriam algo que pura e simplesmente “existem” na sequência de uma socialização que (re)produz papéis genderizados e estáveis.

Os pares fazem testes de desempenho de género, determinando critérios para avaliar um comportamento de género como apropriado e excluindo o que parece desviante (Kimmel, 2010). À medida que as crianças experimentam ou testemunham o afastamento ou a exclusão pelos pares devido a preconceito, tomam decisões para ajustar a sua identidade de género. Agindo neste processo, os indivíduos podem integrar o *feedback* dos outros e outras no processo de construção da identidade, podem ocultar aspetos de si mesmos aos outros ou podem desafiar o preconceito e resistir a mudar quem são como pessoas (Brinkman *et al.* 2014). Qualquer uma destas alternativas não constitui uma simples opção pois implica considerar expectativas sociais da família, dos pares, de outras pessoas significativas e também afirmar a sua vontade.

Infâncias digitais: um estudo que deu voz às crianças

- As crianças, na Europa e também em Portugal, vivem “infâncias digitais” desde idades precoces “e com níveis de intensidade notáveis” com a *internet* e outros média a fazer parte do seu quotidiano (Almeida, *et al.*, 2015: 203).
- O estudo mostra para Portugal que os rapazes revelam uma forma “mais rígida e anónima” de personalizar os equipamentos tecnológicos, enquanto as raparigas revelam “um modo de apropriação mais expressivo e personalizado dos seus objetos tecnológicos, os quais têm o cuidado de ornamentar e decorar de acordo com os seus interesses preferidos ou gostos: cores, bonecos, filmes, bandas, etc.” (Almeida, *et al.*, 2015: 59).
- Também enquanto utilizadores da *internet*, os rapazes revelam uma navegação servindo objetivos específicos, como competir em jogos, desenvolvendo redes

de contactos mais alargadas jogando ou trocando jogos com desconhecidos que assimilam às suas redes. Já as raparigas fazem pesquisas orientadas pelos gostos que partilham com as amigas mais chegadas, aprofundando, mais do que diversificando, relacionamentos mantendo as redes de proximidade.

- Os resultados mostram o modo como eles e elas procuram e aprofundam redes de contactos. Os rapazes tendem a usar as redes sociais virtuais, nomeadamente o *Facebook* para estabelecer contactos com fins instrumentais, por exemplo, encontrar parceiros e técnicas para os jogos. As raparigas tendencialmente usam as redes sociais virtuais para dinamizarem relacionamentos prévios. Ou seja, embora ambos façam uso intensivo dos equipamentos tecnológicos que têm à disposição tendem a usá-los reproduzindo os estereótipos de género.

Em síntese, retêm-se dois pontos principais:

a) A construção da identidade de género inicia-se em idades precoces, sendo depois alimentada, realimentada ou contrariada ao longo da vida. Nesse sentido, a criança constrói ativamente a sua identidade de género não somente ao questionar, resistir ou buscar alternativas aos padrões normativos, como também ao decidir incorporá-los. Torna-se, contudo, importante considerar que nada é definitivo nesse processo.

b) Além da família, os pares, o contexto escolar e demais agentes, ainda que nem sempre intencionalmente, participam no reforço e difusão dos estereótipos de género que, de maneira mais ou menos intensa, podem agir como condicionantes no processo de construção do género. Desta forma, o género vai sendo construído numa tensão entre escolhas, também constringidas por fatores como a classe, a idade, a escolaridade, a cultura, a orientação sexual, a raça/etnia, a condição perante a deficiência e a pressão social para se agir de acordo com a norma.

A caracterização de um comportamento como tipicamente “masculino” ou “feminino”, numa lógica de oposição, é frequentemente efetuada através da invisibilização das semelhanças que entre eles existem. Nessa lógica reforçam-se papéis de género estereotipados para meninas e meninos e desigualdades, não se prestando atenção à existência de diferentes masculinidades e feminilidades e a outras desigualdades intragrupoais como as sociais.

Capítulo 2

Género e Juventude

Situando Portugal no contexto europeu analisam-se dados e resultados de pesquisa sobre igualdade de género e educação, mercado de trabalho, família e condições de vida, violência, causas de morte e valores.

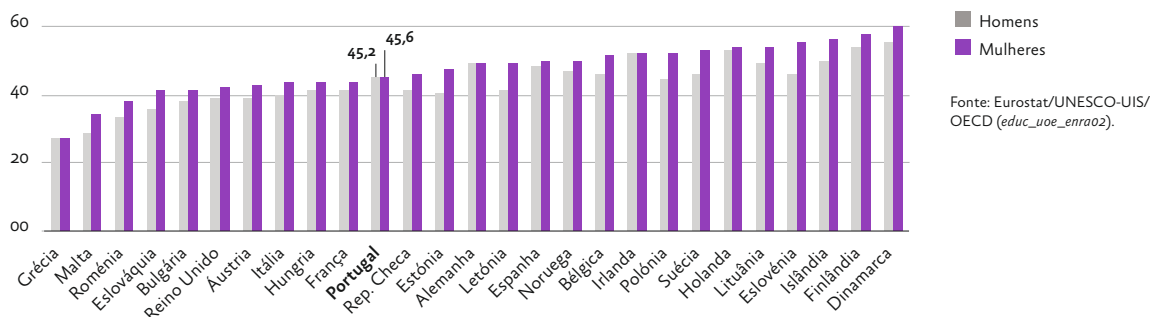
2.1. Educação

Como se caracterizam os percursos educativos das raparigas e dos rapazes em Portugal e na Europa e que efeitos têm na mobilidade educativa, no mercado de trabalho e na mobilidade social?

Para responder a estas questões mobiliza-se informação, contextualizando Portugal na União Europeia, sobre níveis de ensino atingido por homens e mulheres jovens, abandono escolar, percursos de mobilidade educacional e escolhas formativas. Também se avalia a evolução entre 2000 e 2015/16 de alguns indicadores, constituindo um mapeamento dos dados que contribui para responder às interrogações iniciais.

- As transformações na educação que têm ocorrido em Portugal, sobretudo nos últimos 15 anos, revelam que globalmente há mais mulheres e homens jovens a estudar, e que estudam até mais tarde, concluindo níveis de ensino mais elevados do que no passado (Figura 2.3).
- Também se verifica que as mulheres têm sido protagonistas destas transformações: há mais mulheres inscritas no ensino secundário e superior; as mulheres concluem mais frequentemente do que os homens o ensino superior fazendo com que nesta fase da vida elas atinjam níveis de ensino mais elevados do que eles (Figura 2.2).
- No quadro europeu, existem diferenças mais relevantes entre países do que entre sexos no que diz respeito à matrícula no sistema educativo, considerando os percursos escolares dos 15 aos 29 anos. Países como a Grécia, Chipre, Malta e Roménia têm menos de 40% de jovens mulheres matriculadas e 35% de jovens homens. A Eslovénia, Islândia, Finlândia e Dinamarca registam valores superiores a 55% nas jovens mulheres e 45% nos jovens homens (Figura 2.1).

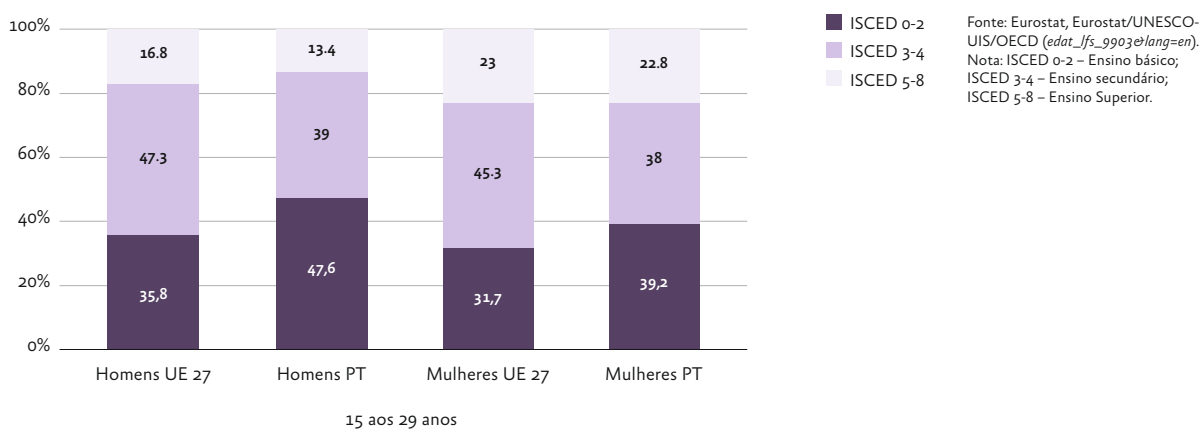
Figura 2.1 Jovens dos 15 aos 29 anos matriculados no sistema educativo, por país e sexo, 2015 (%)



Mais mulheres jovens com o ensino secundário e superior em Portugal e na Europa

- Em termos gerais, a população portuguesa dos 15 aos 29 anos apresenta um nível de ensino completo abaixo da média da Europa a 27 países, com maior proporção no ensino básico, quer entre os jovens homens (+11,8 p.p.), quer entre as jovens mulheres (+7,5 p.p.) (Figura 2.2).
- Em Portugal e na Europa, as jovens mulheres completam o ensino superior mais do que os jovens homens. Para a média da UE 27, elas são 23% e eles são 16,8%. No caso português, elas são 22,8% e eles são 13,4%. Na UE 27, homens (47,3%) e mulheres (45,3%) estão mais representados no ensino secundário do que em qualquer outro, enquanto em Portugal a categoria modal é para eles e para elas o ensino básico (47,6% e 39,2%, respetivamente). Em ambos os casos, e ao contrário do ensino superior, a disparidade de género é reduzida.

Figura 2.2 Níveis de ensino completo da população portuguesa e da União Europeia a 27 (15 aos 29 anos), por sexo, 2016 (%)



Por que é que as raparigas tendem a atingir níveis de ensino superiores aos dos rapazes, em todos os países europeus? E será que o fenómeno se verifica em todas as classes sociais?

Grande parte dos estudos que se têm dedicado à análise dos comportamentos de rapazes e raparigas para compreender se eles ou elas se adaptam melhor ao ambiente escolar (Hadjar *et al.*, 2014) relacionam classe social e efeitos de género.

- Por exemplo, Kimmel (2010) demonstra que o comportamento de rapazes de classes desfavorecidas e a sua falta de motivação e de interesse podem ser explicados por uma masculinidade mais tradicional que implica menor aceitação de contextos hierarquizados, assentes na disciplina e no cumprimento de regras (Hascher e Hagenaeuer, 2010). Nesse sentido, classe social e género, em conjugação, influenciam o desempenho escolar.
- As investigadoras Byrne e Smith (2010) utilizam a teoria da reprodução de Pierre Bourdieu para explicar a influência da classe social na distribuição desigual dos recursos económicos, sociais e culturais e a maneira como a familiaridade com a cultura dominante facilitaria o sucesso escolar dos alunos provenientes de famílias de classes mais abastadas, enquanto os alunos de classes desfavorecidas comporiam o grupo com maior risco de abandono escolar.
- Uma outra linha neste debate centra-se na importância do sexo dos/das professores/as como fator de influência da adequação do comportamento das raparigas na escola e na sala de aula por reproduzirem o papel de género das professoras, tratando-se de uma profissão feminizada.
- Numa revisão de literatura, Hadjar *et al.* (2014) concluem que o sexo dos/das professores/as não tem influência no sucesso educacional dos rapazes e o argumento da feminização da profissão docente nos primeiros ciclos de escolaridade não permite explicar diferenças de género no sucesso educacional de rapazes e raparigas. O mais importante, segundo os mesmos autores, são os estereótipos relacionados com o feminino e o masculino dos professores e das professoras que podem reforçar ideais tradicionalistas de feminilidade e masculinidade.

Vantagens cumulativas femininas, estratégias alternativas masculinas na educação

Cruzando vários estudos e perspectivas nos EUA mas também com pesquisas de outros países, Thomas A. DiPrete e Claudia Buchmann (2013) mostram entre outros resultados que:

As vantagens femininas são cumulativas ao longo do percurso educativo. As raparigas têm em média notas mais elevadas nos diferentes níveis de ensino, desde o básico, secundário e também no superior. As raparigas têm globalmente comportamentos de maior aliança com a escola e os/as professores/as, parecendo também beneficiar mais no plano da autoestima dos bons resultados académicos.

Os rapazes, em média, esforçam-se menos relativamente à aprendizagem na escola do que as raparigas. Uma certa visão da masculinidade, sobretudo nesta fase da adolescência, tende a valorizar mais o julgamento dos pares e a mostrar maior grau de autonomia face à escola e aos professores, a ter maiores problemas de comportamento, a valorizar a competição e a ocupar mais tempo em jogos, desporto e atividades de lazer e tempos livres.

Mas verificam-se também diferenças relevantes quando se considera o grupo dos rapazes. Há vários modelos de masculinidade. Por exemplo, os filhos de pais com capitais escolares e financeiros elevados podem ter uma perspectiva instrumental do sucesso académico. Com efeito, com o exemplo dos pais podem associar o investimento na aprendizagem como conduzindo a posições de poder, estatuto e prestígio, o que representa o reforço da sua masculinidade (DiPrete e Buchmann, 2013: 200-212).

Sociedade portuguesa pouco escolarizada, com forte recuperação das jovens mulheres

- Em Portugal, a principal mudança entre 2000 e 2016 ocorreu com a diminuição do contingente de jovens com o ensino básico completo e com a sua transferência para o nível de ensino imediatamente acima: o ensino secundário.
- No caso das jovens mulheres portuguesas essa transferência representa um salto maior no nível de escolaridade pois à diminuição no ensino básico corresponde, além de um reforço no secundário, um mais forte aumento das jovens mulheres com o ensino superior.
- Na UE 27 a mudança é muito menos expressiva do que no caso português. Na situação das mulheres verificou-se uma diminuição no ensino básico e secundário e um aumento no ensino superior. Já a diminuição de jovens homens com o ensino básico completo correspondeu a uma transferência ténue para o ensino secundário e mais acentuada para o ensino superior (Figura 2.3).

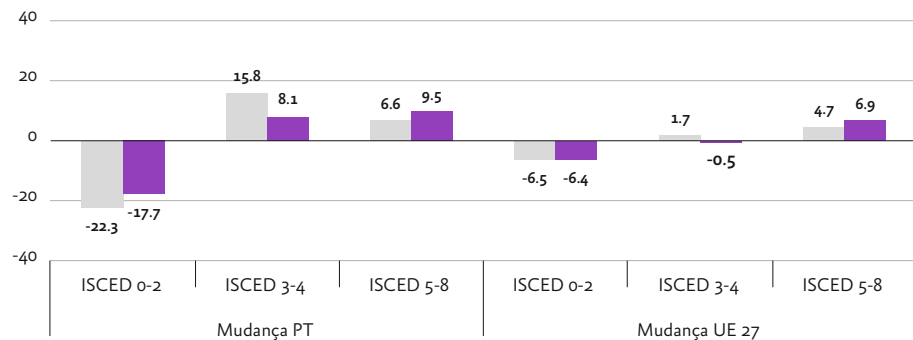
Jovens portuguesas com maior “energia escolar”

O estudo levado a cabo por uma equipa coordenada por António Firmino da Costa e João Teixeira Lopes aponta a crescente presença e sucesso femininos como uma das dinâmicas recentes do sistema de ensino superior português (Costa, Lopes e Gaetano, 2014: 204). Para os autores, esta mudança decorre de “processos de socialização onde se valoriza a adesão ao estudo”, mas também de “projetos pessoais de superação de subalternizações tradicionais”, que conferem às raparigas maior ‘energia escolar’, expressão utilizada por Baudelot e Establet (1992), referindo-se à população estudantil francesa (Costa, Lopes e Gaetano, 2014: 57).

Figura 2.3 Mudança nos níveis de ensino completo da população dos 15 aos 29 anos, em Portugal e na UE 27, 2000-2016 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, Estatísticas da Educação UIS (UNESCO *Institute of Statistics*)/OECD/Eurostat (UOE), (*edat_lfs_9903@lang=en*).
Nota: ISCED 0-2 – Ensino básico; ISCED 3-4 – Ensino secundário; ISCED 5-8 – Ensino Superior.

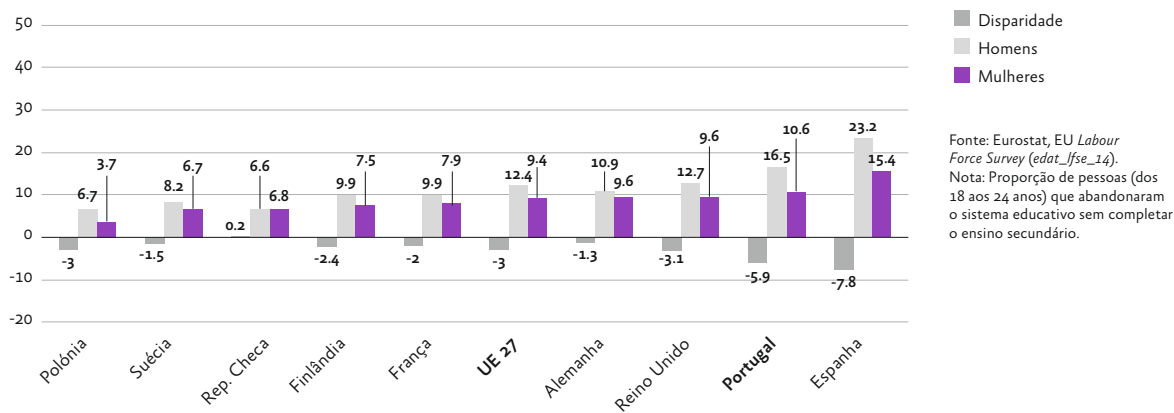


Abandono escolar precoce: forte diminuição em Portugal, mas ainda masculinizado

- No quadro da União Europeia, o abandono escolar precoce é, na grande maioria dos países, um fenómeno masculinizado, como mostram os dados da PORDATA. Como se pode ver, apenas para um conjunto de países analisados e a partir dos dados do Eurostat do *Labour Force Survey*, só na República Checa as raparigas abandonam ligeiramente mais a escola sem terminar o ensino secundário do que os rapazes (Figura 2.4).
- Em Portugal, e a partir da mesma fonte, 16,5% dos rapazes com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário, valor que desce para os 10,6% no caso das raparigas. Estes valores situam Portugal acima da média da UE 27 (respetivamente, 12,4% e 9,4%).
- Entre 2000 e 2016, Portugal é o país que regista a maior diminuição do abandono escolar precoce entre as jovens mulheres, mas sobretudo entre os jovens homens: para eles, em 2000 o valor era 50,9%, cerca de metade dos jovens homens matriculados, diminuindo em 2016 para 16,5%.

• Esta tendência para o maior abandono escolar dos rapazes, que é de forma genérica comum na Europa, é mais frequente no caso dos jovens de origem social desfavorecida, e pode ser explicada por vários fatores. Como já se referiu, e diversos estudos apontam, nestas fases a vivência da masculinidade tende a estar associada a comportamentos desafiantes da disciplina e da autoridade, ou de aposta em demonstrar competências em atividades como o desporto ou tempos livres, o que se acentua quando há percursos de insucesso escolar, que são mais frequentes nos meios sociais desfavorecidos. A escola, e as exigências escolares ou os ideais sobre o/a bom/boa aluno/a passam a ser desinvestidas e a estar distantes (Hascher e Hagenaueuer, 2010; Kimmel, 2010; Byrne e Smith, 2010; DiPrete & Buchman, 2013; Hadjar, *et al.*, 2014).

Figura 2.4 Abandono escolar precoce na população dos 18 aos 24 anos, por país e sexo, 2016 (%)



Já as raparigas, mesmo as de um meio social pouco escolarizado e qualificado, enquadram-se mais facilmente na lógica e disciplina escolares, uma vez que o desempenho estereotipado de género valoriza os comportamentos que tendem para a passividade, a aliança com a escola e os/as professores/as. Por outro lado, o investimento na educação tende a ser por elas, e pelas suas famílias, entendido como forma de superação de desvantagens sociais de origem. Em contrapartida, para os rapazes do mesmo meio social, a afirmação da masculinidade e o distanciamento face à escola podem traduzir-se na pressão para abandonar o ensino e procurar alguma autonomia financeira, procurando um emprego; aposta que tende a apresentar-se como viável tanto para eles, como para as suas famílias. Embora esta solução signifique, na grande maioria dos casos, o desempenho de um trabalho precário e mal remunerado.

Resultados do PISA: progressão portuguesa notável

Contrariando os estereótipos que estabelecem que as raparigas têm mais dificuldades no pensamento abstrato e menores competências para as áreas científicas, os resultados do PISA mostram três tendências relevantes numa perspetiva de género:

1. Apesar de os rapazes de 15 anos apresentarem em todos os países considerados, com exceção da Suécia, resultados melhores na matemática e na ciência do que as raparigas, essas diferenças têm diminuído drasticamente e o desempenho destas tem estado muito próximo do dos rapazes (2003-2015).
2. As raparigas têm desempenhos sempre melhores na leitura, mas os rapazes têm vindo a melhorar nesta área, embora menos rapidamente do que as raparigas recuperaram na matemática. Em 2015, elas apresentaram *scores* médios de 507 nas provas de leitura, enquanto os rapazes de 490. Na matemática os rapazes apresentaram *scores* médios de 497 e as raparigas de 487. Nas ciências elas apresentaram *scores* médios de 496, enquanto seus pares masculinos 506.
3. Em Portugal rapazes e raparigas têm progredido muito nos seus desempenhos nos últimos anos (2000-2015) melhorando elas ainda mais na matemática (mais 41 pontos e eles mais 33 pontos) e eles na ciência (47 pontos para eles e 32 pontos para elas) e na leitura (34 pontos para eles e 29 pontos para elas).

Nota: O desempenho global é estimado no PISA considerando uma escala de 0 a 1000 com a maioria dos países a classificar-se entre 400 e 600 (Ferreira, *et al*, 2017).

Como se refletem estas mudanças na mobilidade escolar e social de rapazes e raparigas, em Portugal?

A pesquisa cujos principais resultados se sintetizam na caixa abaixo tem grande interesse analítico. Trata-se de um estudo longitudinal em que se seguiu, ao longo de vários anos, o mesmo grupo de pessoas: uma geração de jovens que nasceu em 1990 e que frequentava, em 2003, todas as escolas públicas e privadas do Porto. Para além de fornecer dados muito relevantes só possíveis de obter através desta metodologia longitudinal, os seus resultados são confirmados por resultados de pesquisas mais abrangentes, quer no plano nacional, como se pode verificar no recente estudo de Teresa Bago d’Uva e Marli Fernandes (2017), ou através dos dados do Inquérito ao rendimento e às condições de vida (EU-SILC, *Survey on Income and Living Conditions*, 2011).

Reprodução e mobilidade educacional ascendente, ainda mais expressiva nas raparigas

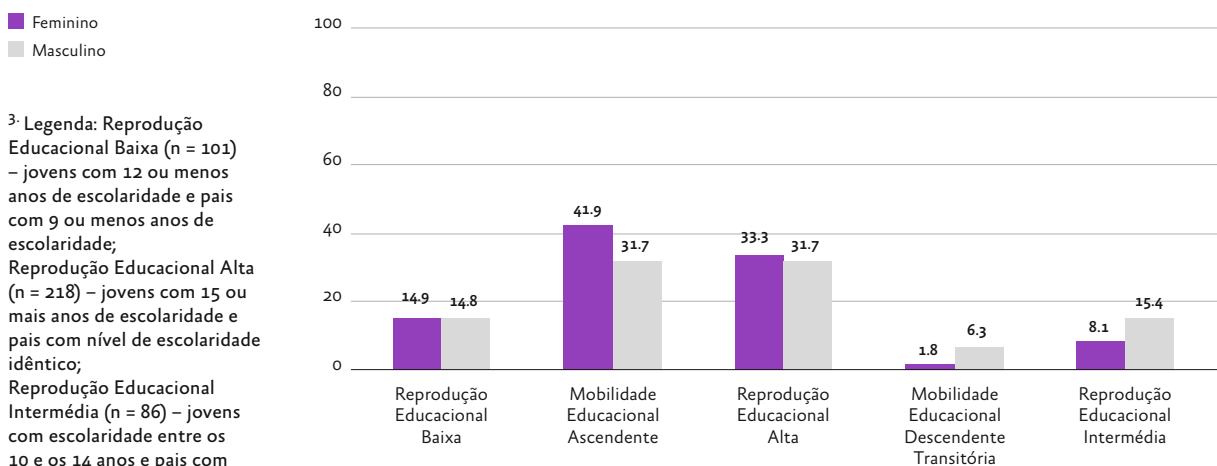
Os percursos no masculino e no feminino estão bem patentes nos resultados de um projeto de investigação (EPITeen24). As/os jovens foram inquiridas/os aos 13, 17, 21 e aos 24 anos, constituindo um total de 2942 indivíduos. A pesquisa foi financiada pela FCT (2013-2015) e desenvolveu-se no âmbito do CAPP/ISCSP-Universidade de Lisboa em colaboração com o ISPUP da Universidade do Porto.

Utilizando principalmente dados recolhidos aos 24 anos, concluiu-se que:

- A percentagem dos/as jovens que, aos 24 anos, completaram o ensino superior triplica relativamente ao que sucedeu com os seus pais e mães. Ou seja, se 24,2% dos pais e 27,2% das mães tinham o ensino superior, 58,6% dos filhos e 68,8% das filhas em 2014 já tinham concluído o mesmo grau de ensino.
- Continua a verificar-se a reprodução das desigualdades, já que é maior a probabilidade dos/as jovens que têm pais e mães com maiores níveis de escolaridade atingirem também eles/as níveis de ensino mais elevados. O fenómeno da reprovação escolar está também ainda fortemente relacionado com a origem social e educacional e é mais expressivo nos rapazes.
- Para os rapazes a probabilidade de atingir o ensino superior é muito maior quando os seus pais, mais ainda do que as mães, têm escolaridade superior.
- Filhos e filhas de pais e mães com pouca escolaridade concluíram também o ensino superior (36,8%) revelando os efeitos da mobilidade educacional ascendente, mais elevada nas raparigas (42,6% face a 30,1% dos rapazes).
- As raparigas dedicam mais tempo ao estudo (mais de 2 horas diárias) durante o fim de semana do que os rapazes (66,3% e 48,3%, respetivamente) e eles praticam mais desporto (64,9% face a 40,1%). Existem, pois, mais práticas associadas ao bom desempenho escolar por parte das raparigas e mais atividades relacionadas com o exterior e com as sociabilidades por parte dos rapazes, para além do desporto, na interação com colegas e amigos.
- Rapazes e raparigas que têm pais com pouca escolaridade, mas que atingiram eles/elas próprios/as níveis mais elevados de ensino, e mesmo a nível superior, ocupavam tanto tempo a fazer os trabalhos de casa ou a ler como os/as que tinham pais e mães com elevada escolaridade (29,4% e 30,4%, respetivamente, dedicam mais de 4 horas ao fim de semana). O que mostra que maior compromisso com práticas educativas mais intensas pode compensar, pelo menos parcialmente, desvantagens sociais e educativas de origem.
- Apesar das vantagens educativas das raparigas, aos 24 anos, elas já demonstram dificuldades na entrada e inserção no mercado de trabalho, tendo maior peso do que os rapazes no emprego a tempo parcial e no desemprego (Torres, *et al.*, 2014 e 2015).

- Tendo em conta os níveis baixos de escolaridade nas gerações mais velhas, o salto que se regista na escolaridade das mulheres jovens em Portugal está associado a trajetórias de mobilidade educacional ascendente; um tipo de trajetória mais comum entre elas do que entre os jovens homens (Figura 2.5).
- No caso de algumas mulheres, à mobilidade educacional ascendente também corresponde um perfil de mobilidade social ascendente (Torres, *et al.*, 2015; Bago d’Uva e Fernandes, 2017).

Figura 2.5 Perfis de mobilidade educacional (dados EPITeen recolhidos aos 24 anos), 2014 (%)³



³ Legenda: Reprodução Educacional Baixa (n = 101) – jovens com 12 ou menos anos de escolaridade e pais com 9 ou menos anos de escolaridade; Reprodução Educacional Alta (n = 218) – jovens com 15 ou mais anos de escolaridade e pais com nível de escolaridade idêntico; Reprodução Educacional Intermédia (n = 86) – jovens com escolaridade entre os 10 e os 14 anos e pais com a mesma escolaridade; Mobilidade Educacional Ascendente (n = 250) – jovens com 13 ou mais anos de escolaridade e pais com 9 ou menos anos de escolaridade, e jovens com 15 ou mais anos de escolaridade e pais com escolaridade entre os 10 e os 14 anos; Mobilidade Educacional Descendente Transitória (n = 27) – jovens com escolaridade até 14 anos (inclusive) e pais com 15 ou mais anos de escolaridade, e jovens com escolaridade obrigatória e pais com escolaridade entre os 10 e os 14 anos.

A crescente escolarização das gerações mais jovens, principalmente das jovens mulheres, é decerto um contributo para a igualdade de género. No entanto, também é fundamental romper com padrões tradicionais na formação educacional para que rapazes e raparigas beneficiem de maior simetria nas suas expectativas profissionais.

As escolhas formativas e as áreas de escolarização continuam a reproduzir estereótipos de género?

Escolhas formativas: mulheres portuguesas a romper barreiras

- Em linha com o que se verifica desde o início dos anos 90 do século xx, em Portugal observa-se uma presença expressiva de mulheres nas áreas das ciências naturais, tecnológicas e engenharias, tradicionalmente consideradas redutos masculinos (Torres, 2004). Contudo, isto não significa uma diminuição da feminização das áreas tradicionalmente mais

feminizadas: educação, saúde e bem-estar ou serviços, traduzindo a ideia de que as mulheres estão a romper mais barreiras de estereótipos de género do que os homens (Figura 2.8).

- Portugal era, em 2012, o país europeu com maior proporção de mulheres licenciadas (ISCED 6) nas áreas das Ciências, Matemáticas e Computação com 57,9%, seguido pela Roménia (56,5%) e muito acima da média para a UE 27, que era de 41,8% (Figura 2.6). Nas áreas das Engenharias, Manufatura e Construção, Portugal era, em 2012, o segundo país com mais mulheres licenciadas (38,0%), só ultrapassado pela Roménia (42,7%) e quando a média da UE 27 se situava nos 28,3% (Figura 2.7).

Figura 2.6 Mulheres licenciadas na área das “Ciências, Matemáticas e Computação”, UE 27 (2012) (%)

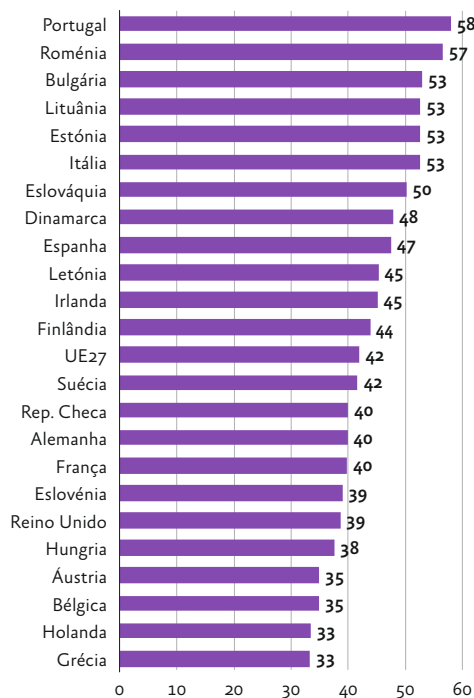
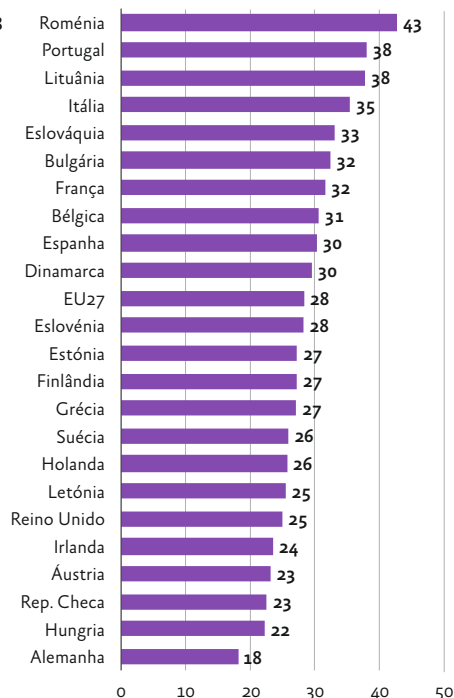


Figura 2.7 Mulheres licenciadas na área das “Engenharias, Manufatura e Construção”, UE 27 (2012) (%)⁴



Fonte: Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (*educ_grads@lang=en*).

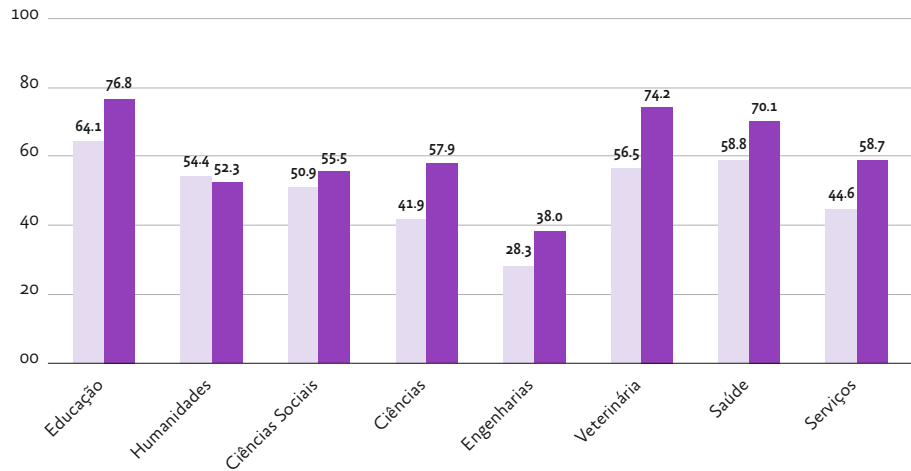
Notas: 1) A proporção de mulheres licenciadas corresponde apenas ao ISCED 6 (*bachelor's or equivalent level*). 2) A área das Ciências, Matemáticas e Computação inclui as subáreas Ciências da Vida, Matemática e Estatística, Física e Computação; a área da Engenharia, Manufatura e Construção inclui Engenharias e Engenharia Mecânica e Industrial, Engenharia de Manufatura e Processo e Arquitetura e Construção.

⁴ Nestes gráficos não foram utilizados os dados da Noruega, Islândia e Chipre pelo facto de os seus valores absolutos serem muito baixos.

Figura 2.8 Áreas de formação das mulheres com licenciatura, em Portugal e na UE 27, 2012 (%)

■ UE 27
■ Portugal

Fonte: Eurostat/UNESCO-UIS/OECD (*educ_grad5e@lang=en*).
Nota: Proporção de mulheres licenciadas por áreas científicas de formação. A proporção de mulheres licenciadas corresponde apenas ao ISCED 6 (*bachelor's or equivalent level*).



Homens mais resistentes à mudança nas escolhas formativas

Enquanto as mulheres têm rompido barreiras e vão tendo maior presença nas áreas de formação tradicionalmente dominadas pelos homens, não se regista um movimento simétrico no caso dos homens. Este facto pode explicar-se pela hierarquia simbólica, segundo a qual os modelos existentes na sociedade sobre o que é ser homem ou mulher, masculino ou feminino não têm o mesmo peso ou valor social (Amâncio, 1994; Connell, 2002; Kimmel, 2000). A integração dos homens em áreas tradicionalmente femininas tende a significar uma aproximação a profissões socialmente menos reconhecidas e minorizadas podendo representar uma ameaça à sua imagem de masculinidade. Pelo contrário, as mulheres que se integram nas áreas tradicionalmente masculinas integram-se em áreas reconhecidas e prestigiadas; para além do valor intrínseco da sua escolha, poderão antecipar vantagens em termos de prestígio, reconhecimento e remuneração que, no entanto, podem não se concretizar.

Desagregando as áreas de formação que compõem as STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), verifica-se que em Portugal, “Matemáticas e Estatísticas” é uma área largamente feminizada (60,9%) enquanto na média europeia 64,5% das pessoas licenciadas nesta área são homens. Na área “Engenharias de Manufatura e Processo”, a maioria das pessoas licenciadas na Europa são homens (64,7%) mas em Portugal não se verifica uma diferença de sexo relevante (49,3% de homens e 50,7% de mulheres).

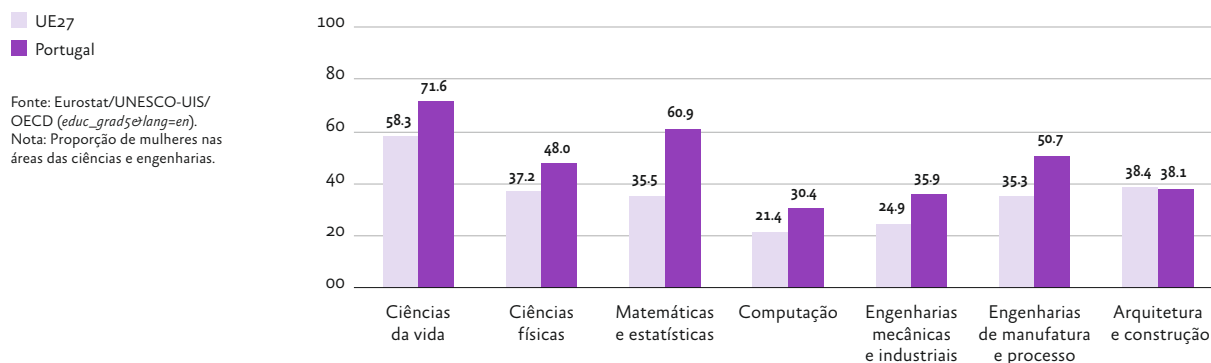
- As áreas da “Computação” (69,6%), “Engenharias Mecânicas e Industriais” (64,1%), “Arquitetura e Construção” (61,9%) e “Ciências Físicas” (52,0%) permanecem essencialmente masculinas, na União

Europeia a 27 (Figura 2.9). No entanto, em todas elas, Portugal apresenta valores superiores de mulheres nesta área relativamente à média da UE 27.

Como explicar a maior presença das mulheres portuguesas nos cursos tradicionalmente masculinos?

- A tendência para a feminização de áreas tradicionalmente dominadas pelos homens não é nova em Portugal. As mulheres portuguesas, já no início dos anos 90 do século XX, eram as mais representadas em cursos ditos tradicionalmente masculinos. No ano letivo de 1992/93, em Engenharia e Arquitetura, as mulheres constituíam 28% do corpo estudantil (média europeia, 18%), em Ciências Naturais representavam 61% (média europeia, 44%) e em Matemáticas 45% (média europeia, 28%) (Torres, 2004: 48-49).
- Esta tendência que se acentua ainda mais no tempo presente pode ser explicada pela conjugação de vários fatores.
- A elevada participação das mulheres portuguesas, sobretudo das chamadas classes médias, no mercado de trabalho é registada desde os finais da década de 1960 e inícios de 1970. Com o desencadear da guerra colonial, o mercado de trabalho oferecia ao pequeno núcleo de universitárias ou de mulheres com escolaridade secundária oportunidades de emprego compatíveis – função pública, professorado, empresas. Isto porque os potenciais cônjuges eram obrigados, depois da finalização do ensino superior, a cumprir serviço militar e participar na guerra; em alternativa, só tinham a saída do país para a evitar. Para as jovens mulheres, este período em que os homens estavam mobilizados para a guerra, e que chegava a durar quatro anos, revelou-se uma oportunidade de participação no mercado de trabalho, oportunidade essa que foi concretizada por muitas. Compatibilizar a vida familiar com a vida profissional era possível nessa altura, porque numa sociedade profundamente desigual, com forte emigração e o abandono da agricultura, afluía às grandes cidades mão de obra feminina jovem para o emprego doméstico, abundante e a baixo custo. O 25 de Abril altera a situação, mas não o suficiente para fazer o processo regredir, reforçando-se, aliás, a ideologia da independência e autonomia das mulheres.
- Estas mulheres/mães ativas oferecem às filhas um modelo alternativo de ser mulher, que compatibiliza profissão com maternidade, favorecendo escolhas formativas das filhas que rompem com padrões mais tradicionais. O facto de os dados mostrarem que Portugal está acompanhado nesta tendência por grande parte dos países de leste (como a Letónia, a Lituânia, a Roménia e a Polónia), com fortes tradições de elevadas taxas de atividade feminina, também nas classes médias, ajuda a confirmar esta hipótese.

Figura 2.9 Mulheres licenciadas nas áreas das Ciências e Engenharias, em Portugal e na UE 27, 2012 (%)



Em síntese, Portugal conheceu um forte aumento da escolarização da sua população jovem, mas esta subida é ainda mais expressiva no caso das mulheres. Estas, tanto em Portugal como na União Europeia a 27, concluem mais o ensino superior do que eles, abandonam precocemente a escola menos do que eles e quanto às escolhas formativas são também elas que tendem a romper barreiras escolhendo cada vez mais, e especialmente no caso português, áreas de ensino que eram predominantemente masculinas. Conclui-se assim por um claro protagonismo feminino no domínio da educação, o que em termos de igualdade de género se pode interpretar como uma forte afirmação e determinação femininas em percorrer os caminhos da autonomia.

2.2. Mercado de trabalho

Como se fazem as entradas no mercado de trabalho no feminino e no masculino? Que diferenças se verificam na relação com o emprego ou nas remunerações? E como se refletem os níveis de ensino atingidos por mulheres e homens?

Para responder a estas perguntas analisam-se dados e resultados de investigação sobre emprego e desemprego, tipos de contrato de trabalho, salários e disparidade salarial entre mulheres e homens com alguma informação diacrónica entre 2000 e 2015.

Apesar dos progressos realizados na participação e integração das mulheres na esfera pública e no mundo do trabalho, a fragilidade destas conquistas continua a ter desvantagens para elas.

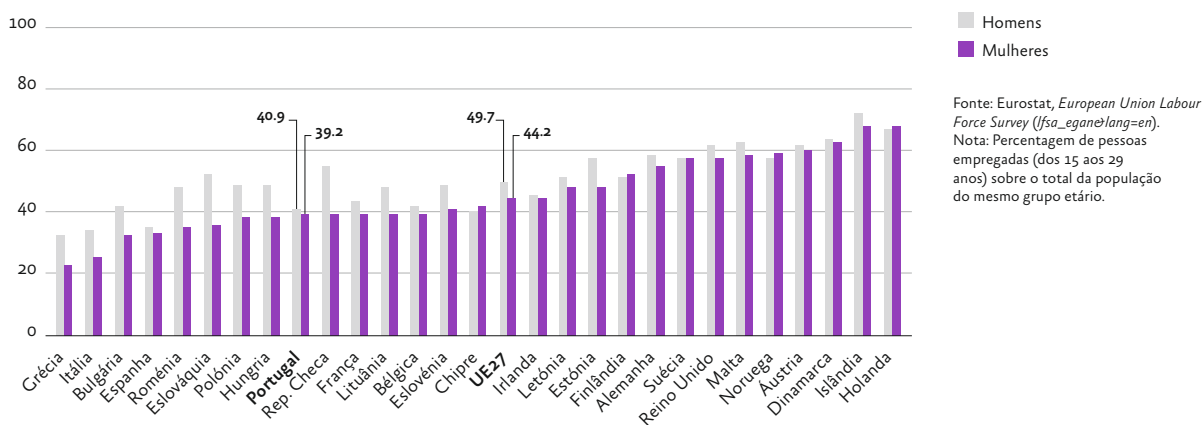
- Em 2015, na grande maioria dos países, incluindo Portugal, um pouco mais de metade da população entre os 15 e os 29 anos estava no mercado de trabalho; a taxa de atividade em Portugal, globalmente mais baixa do

que da UE 27 nesta faixa etária, revela valores muito próximos entre homens e mulheres (51,3 homens, 51,1 mulheres).

- Depois de uma crise financeira com efeitos desestruturantes no mercado de trabalho em Portugal, e em que as/os jovens foram dos grupos mais afetados pelo desemprego, Portugal – juntamente com países do sul e do leste europeu – apresenta dos valores mais baixos na taxa de emprego (Addabo *et al*, 2015; Ferreira, 2014; Karamessini, 2014). Em contraponto, encontramos os países nórdicos (Figura 2.10).

- Em Portugal, as jovens mulheres têm uma taxa de emprego menor do que a dos homens, ainda que essa disparidade não seja tão elevada quanto noutros países do sul da Europa (como a Grécia, a Itália ou mesmo a Espanha).

Figura 2.10 Taxa de emprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Mais formação escolar, maior empregabilidade

- A empregabilidade aumenta de forma muito expressiva entre os homens e as mulheres jovens com níveis de escolaridade mais elevados, quer em Portugal quer na UE 27. Em Portugal, as raparigas com nível de ensino mais elevado (ensino superior) apresentam uma taxa de emprego superior aos rapazes (Figura 2.11).

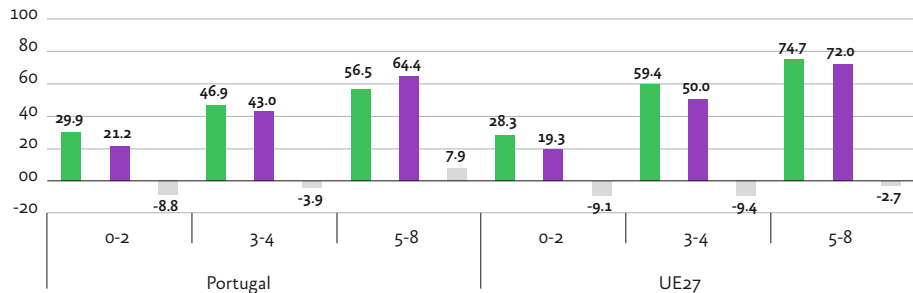
- À medida que aumenta o nível de ensino das mulheres jovens diminui a disparidade na taxa de emprego relativamente aos homens jovens quer em Portugal quer na UE 27.

- No caso das mulheres jovens, a taxa de emprego para as que possuem apenas o ensino básico era, em 2015, de 21,2% em Portugal e 19,3% na UE 27, enquanto as mulheres com ensino superior registam taxas de emprego de 64,4% em Portugal e 72% na UE 27.

Figura 2.11 Taxa de emprego por nível de ensino, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres
■ Disparidade

Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (yth_empl_010)*.
Nota: A taxa de emprego representa as pessoas empregadas como percentagem do total da população do mesmo grupo etário.



Terciarização da economia

A sociedade portuguesa faz parte do conjunto das economias hoje dominadas pelos serviços, verificando-se nos últimos 25 anos uma profunda transformação do tecido económico (Castells, 2000; McDowell, 2009; Torres *et al.*, 2016). É, precisamente, no quadro destas transformações no mercado de trabalho que melhor se pode entender a relação entre a participação no mercado de trabalho dos e das jovens entre os 15 e 29 anos e o nível de escolaridade, com mais oportunidades de trabalho para aqueles e aquelas que possuem escolaridade ao nível do secundário (ISCED 3-4) e ensino superior (ISCED 5-8).

Aumento do desemprego entre os jovens: mulheres mais penalizadas

- Tendo em consideração a média da UE 27, verifica-se que Portugal regista uma taxa de desemprego entre jovens (mulheres e homens) superior. A taxa de desemprego das mulheres jovens portuguesas em 2015 é de 23,7% e a dos jovens de 21,9%, enquanto as médias para a UE 27 são, respetivamente, de 15,6% e 16,4% (Figura 2.12).
- Nalguns países do sul da Europa (Portugal, Grécia, Itália), as mulheres são mais penalizadas pelo desemprego do que os homens.
- O caso de Portugal destaca-se pela acentuada variação diacrónica no desemprego jovem (dos 15 aos 29 anos), observando-se um aumento relevante da taxa de desemprego dos homens (de 18 pontos percentuais, passando de 4% em 2000 para 21,9% em 2015) e das mulheres (passando de 8,9% em 2000 para 23,7% em 2015) (Figura 2.13).
- A tendência de crescimento do desemprego jovem, em Portugal e na UE 27, mantém-se ao longo de todo o arco temporal entre 2000 e 2015, verificando-se uma forte intensificação entre 2008 e 2013, período da emergência e aprofundamento da crise económica e financeira e das políticas de austeridade (Figura 2.13).

Figura 2.12 Taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por país e por sexo, 2015 (%)

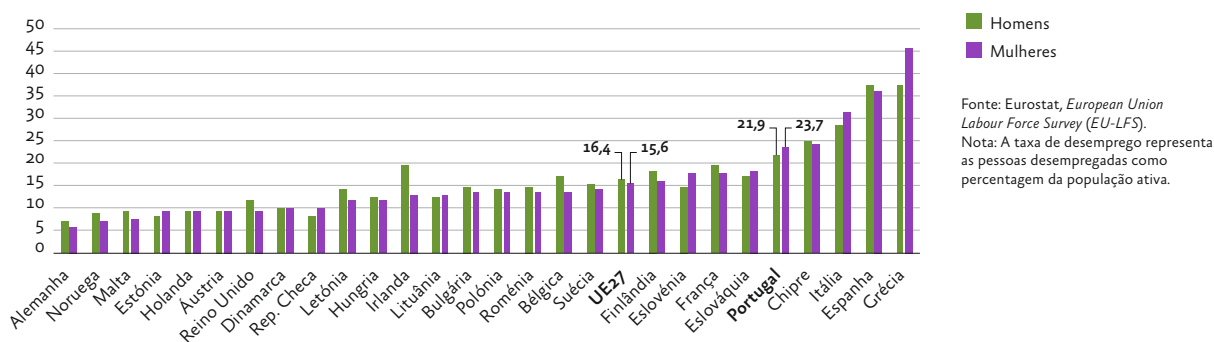
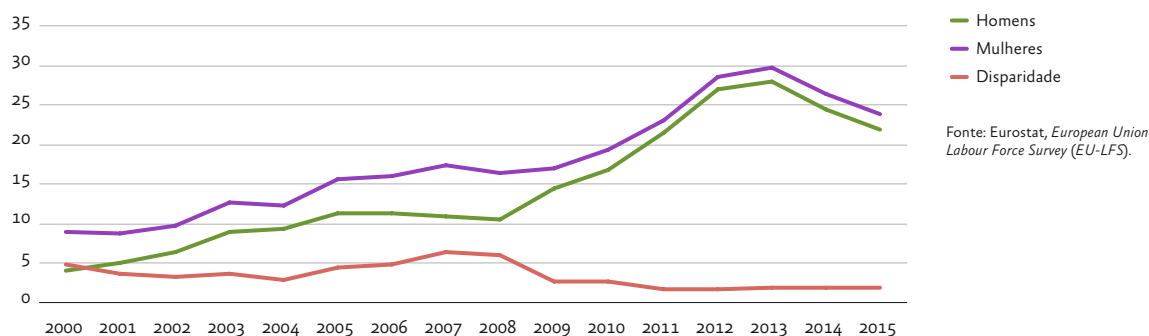


Figura 2.13 Evolução na taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal, 2000-2015 (%)



A escolaridade como fator protetor do desemprego

- Níveis mais elevados de ensino constituem-se como fator de proteção relativamente ao desemprego no grupo dos 15 aos 29 anos: entre os rapazes e raparigas com escolaridade mais elevada o desemprego regista menor intensidade. O carácter protetor da escolaridade é especialmente eficaz tanto no caso das mulheres como dos homens na União Europeia, mas de forma ainda mais visível no caso das mulheres.
- São aqueles e aquelas que têm menor nível de escolaridade (ensino básico) os/as mais afetados/as pelo desemprego e dentro deste grupo, especialmente as mulheres quer na UE 27, quer em Portugal.
 - Na UE 27 as mulheres com ensino básico têm uma taxa de desemprego na ordem dos 28,3% que desce para 10,8% no caso das que têm ensino superior e no caso dos homens com os mesmos níveis de ensino os valores passam de 26,6% para 10,6%.
 - Em Portugal, os jovens com o ensino básico registam uma taxa de desemprego de 24,1% e as mulheres menos escolarizadas de 29,4%

enquanto que, entre as pessoas com o ensino superior, o valor da taxa de desemprego no caso das mulheres desce para 19,3% e o dos homens para 19,9%.

Precariedade laboral mais frequente entre as mulheres

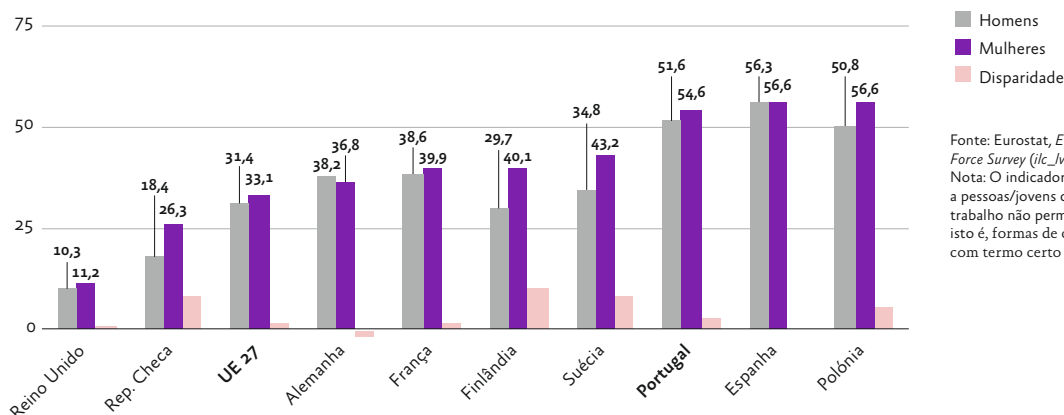
- No quadro Europeu, Portugal inclui-se no grupo de países que regista as mais elevadas proporções, acima de 50%, de jovens mulheres e homens integradas/os no mercado de trabalho com contratos não permanentes, indicador a partir do qual se regista a precariedade laboral (Figura 2.14).
 - Observa-se ainda que nos países europeus analisados (exceto na Alemanha) há mais mulheres em situação laboral precária do que homens. Essa disparidade é particularmente evidente nos casos da Finlândia, Suécia, Polónia e República Checa.
 - Portugal, Espanha e Polónia registam as mais elevadas proporções de jovens mulheres integradas no mercado de trabalho através de formas de contratação não permanentes.
- Entre 2000 e 2016, Portugal regista ainda dos mais fortes aumentos da precariedade laboral. Com efeito, a partir dos dados do *Labour Force Survey* conclui-se que no ano de 2000, 38,5% das jovens mulheres tinha uma forma de contratação não permanente passando esse valor em 2016 para 54,6%; no mesmo arco temporal, a proporção de contratos entre os homens jovens precários passou de 30,5% para 51,6%.

Precarização dos vínculos laborais

Há estudos que apontam para os atuais valores da precariedade como característica estrutural do mercado de trabalho: “No início da carreira a relação contratual pode passar por uma sucessão de contratos a prazo de curta duração, por uma situação de ‘falso trabalhador independente’, por uma bolsa de formação, por um estágio de baixa ou nula remuneração ou, em último caso, pela ausência de qualquer mecanismo contratual de ligação entre as partes. Este conjunto de situações contratuais, que por vezes se arrasta indefinidamente no tempo, é o cerne da precariedade laboral (...)” (Alves *et al.*, 2011: 37)

Nos países que adotaram reformas do mercado de trabalho e das leis laborais – como tem vindo a ser o caso de Portugal (Casaca, 2012) – verifica-se que as/os jovens são mais afetadas/os por estas formas precárias de contratação porque são as/os recém-chegadas/os ao mercado de trabalho e as/os primeiras/os a enfrentar esse novo cenário institucional e jurídico (OIT, 2016).

Figura 2.14 Contratos não permanentes, dos 15 aos 29 anos, por país e por sexo, 2016 (%)



Fonte: Eurostat, *European Union Labour Force Survey (ilc_lvps08&lang=en)*.
 Nota: O indicador do Eurostat refere-se a pessoas/jovens com contratos de trabalho não permanentes/sem termo, isto é, formas de contrato a prazo, com termo certo ou temporários.

Jovens mulheres com salários mais baixos do que os homens, e ainda mais em Portugal

Na esmagadora maioria dos países, as mulheres jovens ganham sempre menos do que os homens jovens como se pode ver na figura 2.15. Essa disparidade também se verifica nas pessoas mais velhas, mas as jovens, em relação àquelas, sempre com salários mais baixos.

- As mulheres e os homens portugueses, nesta fase da vida, são dos/as mais mal pagos no contexto europeu; os salários médios em paridade de poder de compra (PPC) representam cerca de metade dos valores da média da UE 27 países. Neste contexto, importa sublinhar que as mulheres são especialmente atingidas pelos salários baixos (Fig. 2.15).

- O salário médio/hora em paridade de poder de compra (PPC) em Portugal é para os homens, abaixo dos 30 anos, 6,1€/hora e para as mulheres 5,8 euros.

- O salário médio/hora (PPC) na média da UE 27 é para os homens, abaixo dos 30 anos, de 11,4 euros e para as mulheres de 11,1 euros.

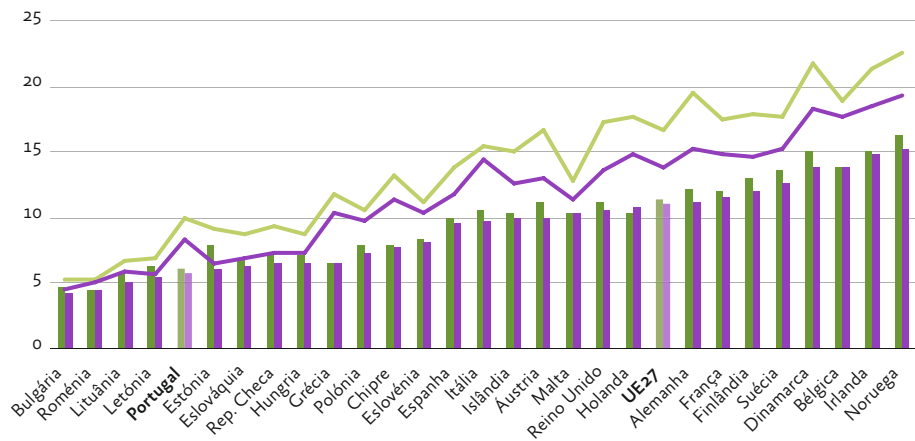
- Em Portugal e na Europa o salário médio/hora das mulheres nesta fase da vida é mais baixo do que o dos homens. As exceções são a Holanda e Malta, onde as mulheres têm salários médios/hora mais elevados, e na Bélgica, Grécia e Roménia onde esse rendimento é igual ao dos homens.

- Em geral, no contexto europeu, as mulheres e os homens mais jovens têm um salário médio/hora mais baixo do que a restante população empregada.

Figura 2.15 Salário médio/hora, em euros PPC, por país e sexo, 2014

- Menos de 30 anos Homens
- Menos de 30 anos Mulheres
- Total Homens
- Total Mulheres

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey (SES)*.
 Nota1 – O salário médio/hora é definido como os ganhos brutos no mês de referência, dividido pelo número de horas pagas no mesmo período. O salário médio/hora total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.
 Nota 2 – PPC, Paridade de Poder de Compra, é uma unidade monetária artificial através da qual se avalia a quantidade de bens e serviços que um salário pode comprar em cada país.



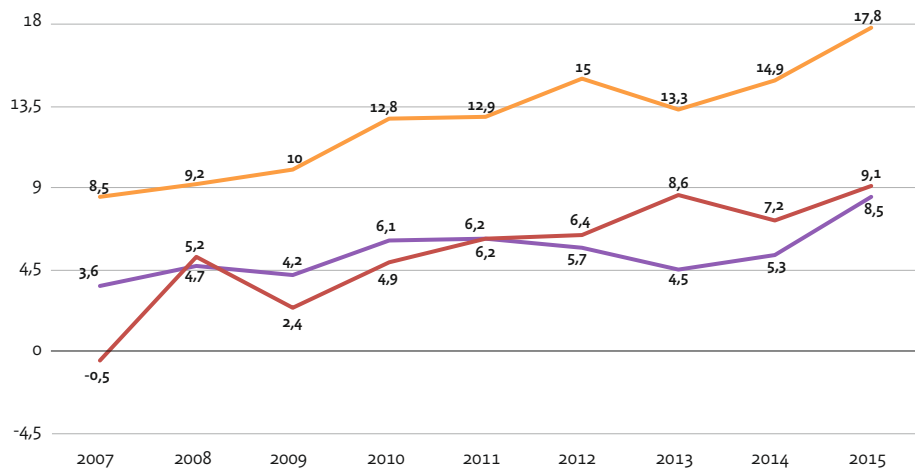
Mais escolarizadas do que eles, mas penalizadas pela disparidade salarial

- Em Portugal regista-se elevada disparidade salarial entre os sexos. E em contraciclo com o que se verifica na UE 27 países, a disparidade salarial penalizadora das mulheres tem seguido uma tendência crescente, sobretudo evidente entre as pessoas com menos de 25 anos de idade (Figura 2.16).

Figura 2.16 Evolução na disparidade salarial em Portugal, 2007 a 2015 (%)

- - 25 anos
- 25-34 anos
- Total

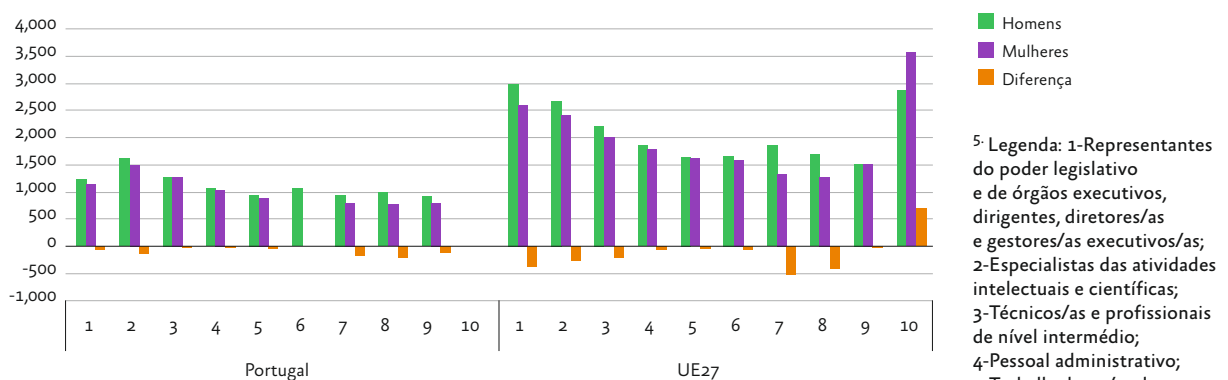
Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey (earn_gr_bh_gpgg2; earn_grpgg1)*.
 Nota: Disparidade Salarial representa a diferença entre os ganhos brutos/hora dos empregados homens e os ganhos brutos/hora das empregadas mulheres, como percentagem dos ganhos brutos/hora dos empregados homens. A disparidade total inclui todos os empregados de empresas com mais de 10 empregados.



- O investimento das mulheres numa escolarização mais longa não corresponde, assim, a vantagens na integração no mercado de trabalho verificando-se a persistência de tetos de vidro e diferenças salariais, bem como uma tendência para maior precarização das mulheres.

Note-se ainda a transversalidade da desigualdade das remunerações mensais entre mulheres e homens jovens, em Portugal e na UE 27, por profissões, como se pode verificar na Figura 2.17. Não só se observa a distância já notada entre as médias dos salários portugueses e os da UE 27 como se salienta que a desigualdade se verifica em todos os grandes grupos profissionais, dos mais qualificados e com remunerações mais elevadas aos de menor qualificação e rendimento.

Figura 2.17 Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC, por sexo, menores de 30 anos, em Portugal e UE 27, 2014⁵



⁵ Legenda: 1-Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores/as e gestores/as executivos/as; 2-Especialistas das atividades intelectuais e científicas; 3-Técnicos/as e profissionais de nível intermédio; 4-Pessoal administrativo; 5-Trabalhadores/as dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores; 6-Agricultores/as e trabalhadores/as qualificados/as da agricultura, da pesca e da floresta; 7-Trabalhadores/as qualificados/as da indústria, construção e artífices; 8-Operadores/as de instalações e máquinas e trabalhadores/as da montagem; 9-Trabalhadores/as não qualificados/as.

Como explicar estas desigualdades e disparidades nos salários e remunerações de mulheres e de homens jovens?

Pode-se apontar, de forma sintética, quatro razões fundamentais: 1) a desvalorização simbólica e material daquilo que as mulheres fazem especialmente na dimensão produtiva e no espaço público que atravessa de forma transversal todas as profissões; 2) a manutenção de tetos de vidro, por outras palavras, a segregação vertical que limita o acesso das mulheres a lugares de poder e liderança; 3) a segregação horizontal, ou seja, o facto de as mulheres estarem mais sobre representadas em domínios de forma genérica mais mal pagos equivalentes ao salário mínimo; e 4) o conservadorismo e a persistência dos estereótipos no mercado de trabalho que continua a encarar as mulheres como cuidadoras naturais e considerando-as menos disponíveis para o trabalho profissional.

Estes obstáculos são de tal forma poderosos que mesmo que se tenha concluído, como se viu na Figura 2.2, que em Portugal e na União Europeia a 27 países há mais mulheres até aos 29 anos com o ensino superior do que homens, e que essa diferença seja particularmente expressiva em Portugal (elas são 22,8% e eles 13,4%), elas continuam a ganhar substancialmente menos.

Fonte: Eurostat, *Structure of Earnings Survey (earn_ses14_21)*.
Nota: PPC, Paridade de Poder de Compra, é uma unidade monetária artificial através da qual se avalia a quantidade de bens e serviços que um salário pode comprar em cada país.

Sintetizando as questões da igualdade de género referentes ao mercado de trabalho de jovens mulheres e homens, conclui-se que:

- Para mulheres e homens quanto mais elevados são os níveis de ensino atingidos maior é a probabilidade de estar empregado/a e menor de estar desempregado/a, quer em Portugal, quer na UE 27.
- É mais provável que ambos tenham um contrato de trabalho não permanente, mas esta realidade é ainda mais frequente para as mulheres, e também para os jovens e as jovens dos países da Europa do sul e alguns de leste relativamente aos do norte e centro.
- Por fim, verifica-se que logo nas primeiras fases de entrada no mercado de trabalho as mulheres jovens, em Portugal e na UE 27, estão em situação de desigualdade no plano remuneratório de forma transversal a todas as profissões, apesar de serem sempre mais escolarizadas do que os homens jovens.

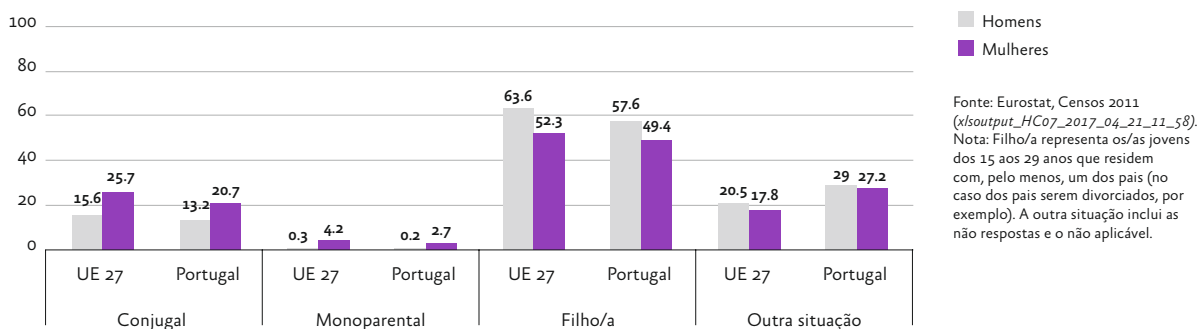
2.3. Família e condições de vida

Tendo em conta as dinâmicas nos processos de escolaridade e de entrada no mercado de trabalho, *como se caracterizam os processos de autonomização de jovens rapazes e raparigas em Portugal e na Europa?* E como se relacionam as questões da igualdade de género com as condições de vida, a desigualdade social e o risco de pobreza entre os 15 e os 29 anos?

Para responder a estas questões abordam-se de seguida os temas da família e das condições de vida, mas também a divisão do trabalho pago e não pago, os determinantes do rendimento e o risco de pobreza.

- A maior parte das mulheres e homens jovens neste grupo etário está ainda a viver em casa dos pais e é pouco expressiva a percentagem daqueles/as que vivem já em conjugalidade, quer em Portugal quer na UE 27, como se pode verificar na Figura 2.18.
- Há mais mulheres jovens a viver em conjugalidade do que homens, quer em Portugal quer na UE 27.

Figura 2.18 Tipos de famílias dos jovens entre os 15 e os 29 anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2011 (%)



- Em Portugal e nos restantes Estados-membros da UE 27, as raparigas saem de casa dos pais em idades mais precoces do que os rapazes. Os países do sul e do leste europeu apresentam os valores mais elevados de jovens que permanecem a viver em casa dos pais e que saem da casa destes em idades mais tardias ao contrário dos países da Europa do norte (Figura 2.19).
- Em Portugal, mais de metade dos homens (66,8%) e das mulheres (53,3%) entre os 15 e os 29 anos permanecem a viver em casa dos pais. As mulheres saem em média cerca de um ano mais cedo: a média de idade delas é de 28,2 anos e a dos homens cifra-se em 29,7 anos.

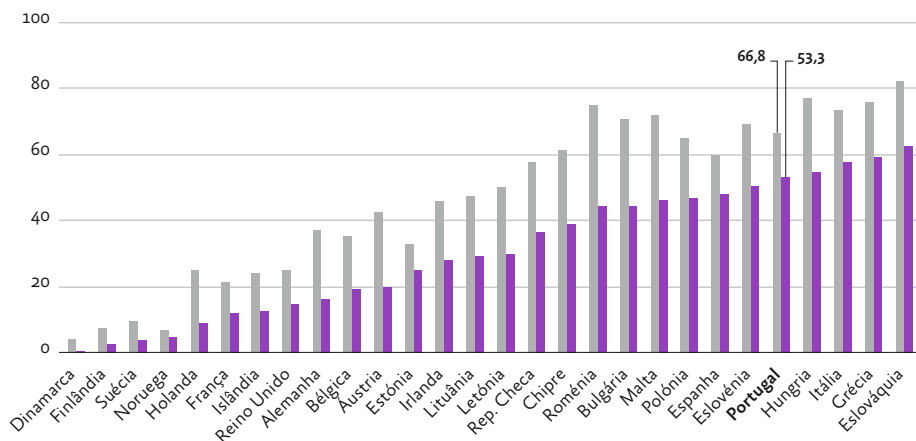
Porque saem mais cedo as mulheres de casa dos pais do que os homens, quer em Portugal, quer na UE 27?

- Tendo em consideração a forma como as mulheres tendem a ser tradicionalmente socializadas no sentido de cumprirem com a ideia de que são cuidadoras naturais, pode considerar-se que elas conquistem mais cedo do que os homens as competências e capacidades necessárias para cuidarem de si e do quotidiano da família e da casa de forma autónoma.
- Por outro lado, a forma mais precoce com que as mulheres europeias – incluindo as portuguesas – saem de casa dos pais, através da entrada em projetos de conjugalidade, pode estar relacionada com a vigilância e controlo parental mais intenso a que são historicamente submetidas. Em consequência, a saída de casa dos pais pode significar, em muitos casos, a sensação de libertação e possibilidade de experimentação da vida e da sua sexualidade de forma mais livre.

Figura 2.19 Proporção de jovens dos 15 aos 29 anos a viver em casa dos pais, por sexo, 2015 (%)

■ Homens
■ Mulheres

Fonte: Eurostat, EU-SILC
(Statistics on Income and Living
Conditions), (yth_demo_050).



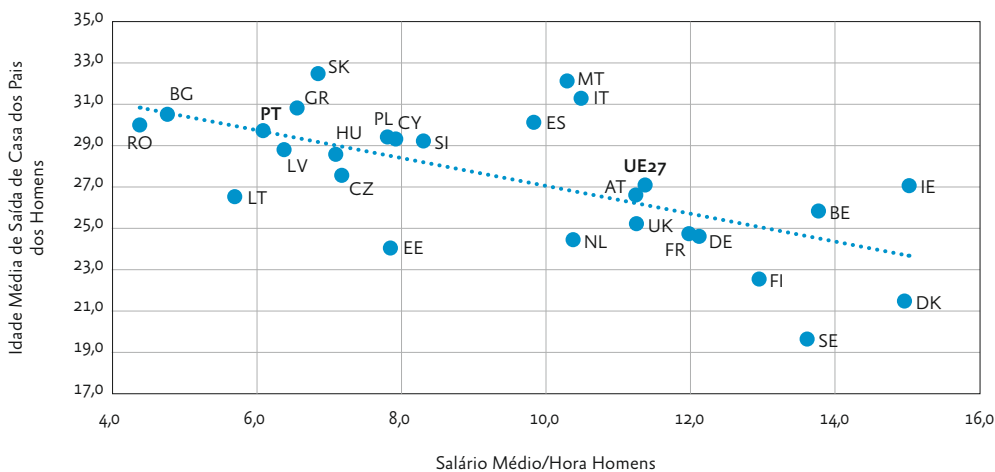
Portugal é um dos países onde os jovens mais tarde deixam a casa dos pais: as mulheres portuguesas saem 8,6 anos mais tarde do que as mulheres suecas e os homens portugueses saem 10 anos mais tarde do que os suecos (Figuras 2.20 e 2.21).

Por que razões há uma divisão tão expressiva quanto à idade de saída de casa dos pais situando-se os países da Europa do sul e do leste entre os que têm saídas mais tardias, opondo-se aos nórdicos e outros países do norte com saídas mais precoces?

- Estão em jogo, decerto, um conjunto de fatores. Alguns autores apontam para o chamado familialismo ou para questões culturais; mas o que os dados mostram, como se pode ver nas Figuras 2.20 e 2.21, é que há uma forte correlação entre salários médios/hora e idade de saída de casa dos pais.
- Os constrangimentos estruturais, sejam eles determinados pelos recursos económicos ou pelas condições de integração no mercado de trabalho, revelam-se também fatores determinantes no processo de autonomização, uma vez que a transição para a vida adulta e a saída de casa dos pais implicam, precisamente, algum grau de autonomia e de estabilidade financeira.
- As formas instáveis de integração no mercado de trabalho, a flexibilidade e o carácter precário dos vínculos contratuais, os baixos salários, o desemprego, são fatores condicionantes da possibilidade de mulheres e homens planearem e ‘escolherem’ os seus projetos de vida.
- Quanto mais baixo for o salário médio/hora das/os jovens, mais tarde os homens e as mulheres saem de casa dos pais. De forma inversa, os países onde os/as jovens veem o seu trabalho mais bem remunerado são também aqueles onde mais cedo encetam um projeto de autonomização (Figuras 2.20 e 2.21).

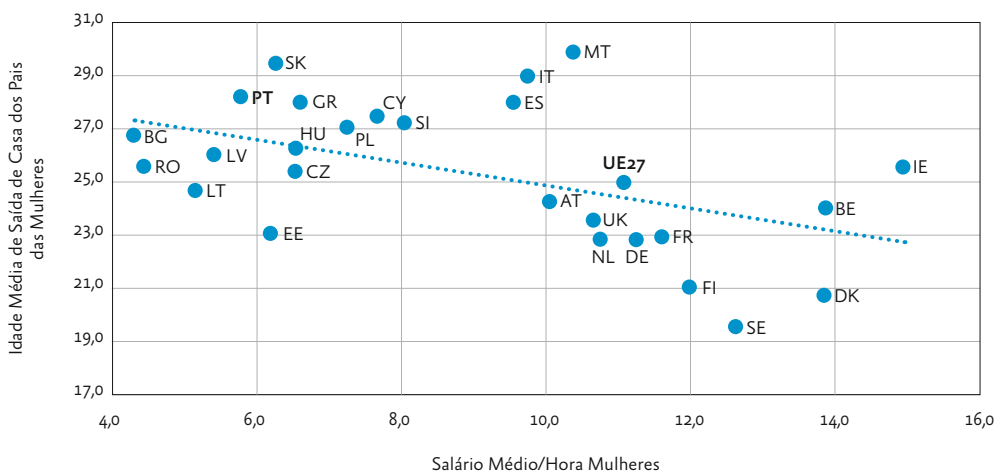
- Os contextos institucionais também desempenham um papel importante. Os países do norte da Europa, e em especial os nórdicos, têm regimes generalizados de bolsas e de residências a preços acessíveis para jovens que estejam a estudar, entre outros tipos de medidas e políticas públicas de incentivos que contribuem há largos anos para a autonomia residencial dos jovens (Karamessini, 2014; Rubery, 2014; Ferreira, 2014; Nico, 2014).
- Explicar a desigualdade no interior da Europa quanto à saída dos jovens de casa dos pais implica, pois, identificar um conjunto diferente de fatores que se relacionam mais com questões de carácter económico, estrutural ou institucional do que cultural.

Figura 2.20 Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (homens dos 15 aos 29 anos), 2015



$R^2 = -.638^{**}$
 Fonte: Eurostat, Structure of Earnings Survey (SES), 2016; European Union Labour Force Survey (yth_demo_030).

Figura 2.21 Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (mulheres dos 15 aos 29 anos), 2015



$R^2 = -.501^{**}$
 Fonte: Eurostat, Structure of Earnings Survey (SES), 2016; European Union Labour Force Survey (yth_demo_030).

Trabalho não pago: persistência da sobrecarga das mulheres jovens em Portugal e na Europa

Baseados na análise dos dados obtidos através do inquérito ISSP – *International Social Survey Programme*, relativos à média de horas semanais de trabalho não pago verifica-se que, em média, as mulheres empregadas e a viver com o cônjuge passam mais horas do que os homens nas mesmas circunstâncias a cuidar da casa e da família (Figuras 2.22 e 2.23):

- A Polónia é o país onde as mulheres mais jovens dedicam mais horas semanais, em média, a cuidar da casa (21 horas).
- A disparidade de horas dedicadas ao cuidado da casa entre mulheres e homens (entre os 15 e os 29 anos) regista os valores mais elevados em Espanha e Portugal. Em ambos os países, as mulheres dedicam mais 7 horas do que os homens a esta forma de trabalho não pago. Em contrapartida, não se verifica qualquer disparidade na Finlândia, enquanto a França apresenta a segunda menor: 1 hora semanal (Figura 2.22)
- Espanha é o país – entre os considerados na análise – onde as mulheres passam mais tempo a cuidar da família, sendo também neste país que se verifica a maior disparidade entre mulheres e homens: as mulheres despendem mais 27 horas semanais do que os homens (Figura 2.23).
- Em Portugal, as mulheres a viver em conjugalidade entre os 15 e os 29 anos de idade dedicam quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família:
 - As mulheres dedicam 16 horas a cuidar da casa e os homens apenas 9 horas.
 - As mulheres investem as mesmas 16 horas a cuidar da família e os homens apenas 8 horas.
 - No total, elas despendem 32 horas por semana em trabalho não pago e eles apenas 17 horas.

Figura 2.22 Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por país e por sexo, 2012

■ Juventude
■ Rush hour
■ Fase tardia

Fonte: ISSP – *Family and Changing Gender Roles IV*.
Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754 indivíduos. Resultados obtidos a partir da questão: Q16a *On average, how many hours a week do you personally spend on household work, not including childcare and leisure time activities?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Os dados de Portugal são de 2014.

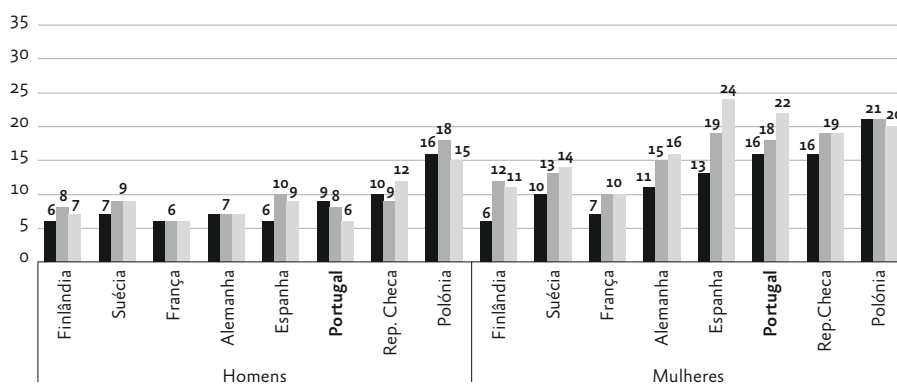
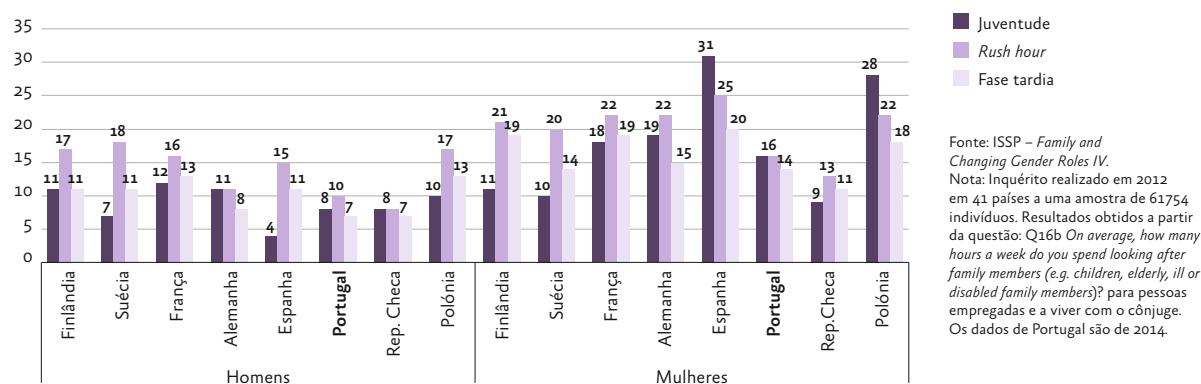


Figura 2.23 Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por país e por sexo, 2012



Fonte: ISSP – *Family and Changing Gender Roles IV*.
 Nota: Inquérito realizado em 2012 em 41 países a uma amostra de 61754 indivíduos. Resultados obtidos a partir da questão: Q16b *On average, how many hours a week do you spend looking after family members (e.g. children, elderly, ill or disabled family members)?* para pessoas empregadas e a viver com o cônjuge. Os dados de Portugal são de 2014.

- Assim, logo a partir desta fase da vida, as mulheres começam a acumular desigualdades com a sobrecarga e a feminização das responsabilidades do cuidar, alimentada certamente pela persistência da ideia das mulheres como cuidadoras naturais.
- Nos cuidados familiares a disparidade de género mostra-se maior do que nos cuidados domésticos em todos os países analisados, com exceção da Suécia onde a média das horas a cuidar da família se mostrou idêntica a cuidar da casa e da República Checa, onde tanto mulheres jovens quanto homens jovens passam menos tempo a cuidar da família do que da casa.

Divisão do trabalho não pago: assimetria de género começa na juventude logo apesar dos avanços

Com o objetivo de compreender a divisão do trabalho não pago entre homens e mulheres, destacam-se duas publicações com importantes contributos: o *Livro Branco. Homens e Igualdade de Género em Portugal* (Wall et al., 2016) e *Os Usos do Tempo de Homens e de Mulheres em Portugal* (Perista et al., 2016). Os resultados dos estudos são semelhantes e também complementares. Para uma visão geral sobre o tema na fase da juventude selecionam-se as seguintes informações relevantes na obra de Wall et al., (2016):

- Entre 2002 e 2014, os jovens homens (dos 18 aos 29 anos) passaram a trabalhar mais 3,3 horas por semana, mas as mulheres no mesmo grupo etário reduziram o trabalho pago em 2,9 horas.
- Embora tenha diminuído a disparidade entre sexos, as jovens mulheres continuam a dedicar quase o dobro do tempo dos homens a tarefas que integram o trabalho não pago (21 horas vs. 11 horas por semana).
- Comparando a geração mais nova com a mais velha, em 2014 verifica-se uma ligeira melhoria geracional na distribuição do trabalho não pago: as mulheres mais novas (dos 18 aos 29 anos) dedicam por volta de menos 6 horas semanais do que as mais velhas (dos 45 aos 64 anos) às tarefas domésticas e menos 5 horas aos cuidados

familiares; os homens mais jovens dedicam cerca de mais 3 horas semanais do que os mais velhos às tarefas domésticas e mais de 7 horas aos cuidados familiares.

Da publicação de Perista *et al.*, (2016), destacam-se:

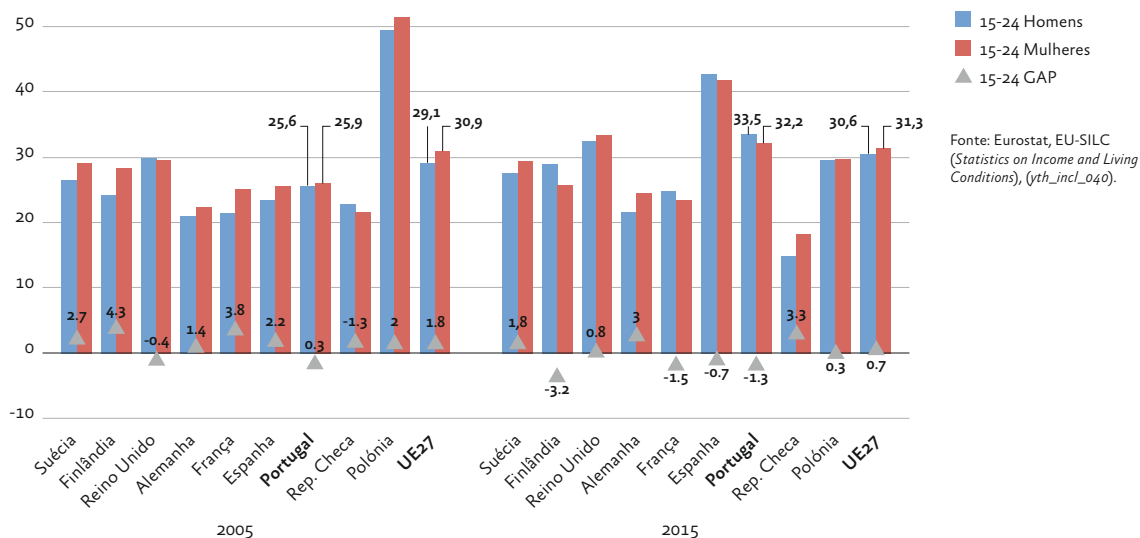
- A disparidade de género na juventude (dos 15 aos 24 anos) em relação ao tempo gasto em tarefas domésticas por dia, verifica-se na ordem dos 56m, evidenciando a sobrecarga das mulheres.
- A feminização dos cuidados às crianças verifica-se já no grupo dos 15 aos 24 anos. Se em 2015 os homens mais jovens despendiam, em média, 1 hora e 5 minutos, as mulheres jovens despendiam em média 1 hora e 40 minutos em atividades tais como dar de comer ou dar banho a crianças.
- A disparidade agrava-se na prestação de cuidados a pessoas adultas com incapacidade. Das mulheres jovens que vivem em agregados com pessoas adultas dependentes, quase 42% afirmaram prestar cuidados todos os dias por uma hora ou mais comparativamente a apenas 11% dos jovens.
- São também as mulheres jovens, quando comparadas com os homens jovens, que mais dizem sentir-se apressadas com frequência e que lhes falta tempo para satisfazer gostos pessoais. No sentido oposto, os homens mais jovens são aqueles que revelam uma maior consciência de que fazem menos do que é justo.

O risco de pobreza dos e das jovens é elevado

Em Portugal, em 2015, mais de 30% dos jovens rapazes e raparigas (33,5% e 32,2%, respetivamente) vivem em situação de risco de pobreza e exclusão social, cenário mais negativo do que o da média europeia (30,6% e 31,3%) (Figura 2.24). Esta proporção de jovens em risco de pobreza é superior na Espanha, tanto para os homens como para as mulheres, e no Reino Unido para as mulheres.

Estes valores para Portugal em 2015 revelam uma subida na proporção de jovens mulheres e homens em relação a 2005 (25,9% e 25,6%, respetivamente).

Figura 2.24 Risco de pobreza e exclusão social das pessoas dos 15 aos 24 anos, por país e por sexo, (2005 e 2015) (%)



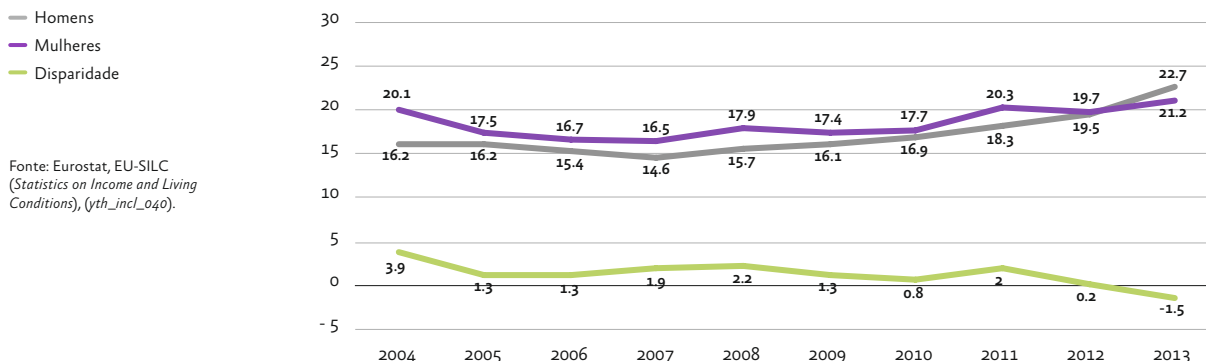
O risco de pobreza mantém-se relativamente estável para o período compreendido entre 2004 e 2015. No entanto, a partir de 2011, verifica-se um aumento do risco de pobreza e exclusão social (Figura 2.25).

A disparidade de género relativamente à exposição ao risco de pobreza e exclusão social tem vindo a diminuir, passando de uma situação mais penalizadora para as raparigas (em 2004) para um cenário em que os rapazes estão mais expostos a este tipo de riscos (2013).

- Em 2012 desaparece a disparidade de género na exposição ao risco de pobreza e exclusão social.
- Em 2013 os rapazes passam a ser mais penalizados relativamente a este tipo de riscos.

Adicionalmente, viver em casa dos pais não funciona como um especial fator de proteção relativamente à exposição ao risco de pobreza e exclusão social dos jovens entre os 15 e os 29 anos de idade.

Figura 2.25 Evolução dos jovens, dos 15 aos 29 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2013 (%)



Fonte: Eurostat, EU-SILC (Statistics on Income and Living Conditions), (yth_incl_040).

Determinantes do rendimento: mais escolaridade, maior rendimento

O que explica a disparidade salarial entre homens e mulheres na fase de transição para a vida adulta?

As análises realizadas (regressões lineares, simples e múltiplas) permitiram identificar os fatores que mais influenciam (determinantes) o rendimento mensal para as mulheres e homens, entre os 15 aos 29 anos, no conjunto dos países considerados.

- Para parte importante dos países (Portugal, Finlândia, Alemanha, França e Espanha), ser-se mulher interfere negativamente no rendimento mensal obtido: ser mulher significa ter menos rendimento mensal (Quadro 2.1).
- Mas para um número ainda superior de países a importância do nível de escolaridade é decisiva para o rendimento: quanto mais elevado o nível de escolaridade concluído, maior é o rendimento dos e das jovens entre os 15 e os 29 anos; o que confirma a ideia já exposta de uma correlação forte entre o rendimento e a escolaridade elevada quando se analisaram as remunerações por grandes grupos de profissões.

Quadro 2.1 Determinantes do rendimento mensal dos indivíduos dos 15 aos 29 anos, por país selecionado, 2015

	Portugal	Polónia	Suécia	Finlândia	Alemanha	França	Espanha	Rep. Checa	Reino Unido
Sexo (feminino)	-	n.s.	n.s.	-	-	-	-	n.s.	n.s.
Nível de ensino mais elevado completado	+	+	+	+	+	+	n.s.	+	+

Fonte: European Working Conditions Survey (EWCS).
 Nota: n.s. – relação entre as variáveis não é estatisticamente significativa. Possíveis razões para a não significância dos resultados podem dever-se ao facto de haver poucas respostas ou respostas não válidas para determinada variável.

Sintetizando a situação familiar e as condições de vida das mulheres e dos homens entre os 15 e os 29 anos, conclui-se que:

- A grande maioria de jovens na Europa não vive em conjugalidade, estando ainda em casa dos pais nos países de sul e leste europeu enquanto no norte, em especial nos países nórdicos, os jovens e as jovens saem de casa dos pais mais cedo vivendo sozinhos ou partilhando residência com outros jovens. Estas diferenças entre países europeus podem ser explicadas pelas condições económicas e institucionais, como os salários mais baixos ou a falta de apoios institucionais para a autonomia que têm os jovens e as jovens do sul e leste.
- As mulheres saem mais cedo do que os homens, o que pode também ser explicado pelas questões de género: mais hábitos de autonomia no cuidar da esfera doméstica, maior vontade de autonomização face ao controlo parental, entrada mais precoce das mulheres na conjugalidade.
- As desigualdades de género quanto ao peso do trabalho não pago na vida das mulheres começam logo a desenhar-se nestas idades: as que estão empregadas e vivem em conjugalidade despendem na maior parte dos países (com exceção dos nórdicos) mais horas nos cuidados com os filhos ou com os familiares.

2.4. Violência e causas de morte

Violência e crime não se sobrepõem na medida em que determinados atos violentos podem não estar criminalmente previstos. Isto significa que a sociedade consegue ainda manter o regular funcionamento e os relacionamentos sociais apenas através do exercício de controlo social informal – reprovando os atos violentos, rejeitando-os. A criminalização é o processo que ocorre quando o controlo social informal perde eficácia e as relações sociais são afetadas, bem como a segurança e ordem públicas.

Como se definem os jovens rapazes e raparigas perante o risco, a violência e quais são as causas de morte nesta idade?

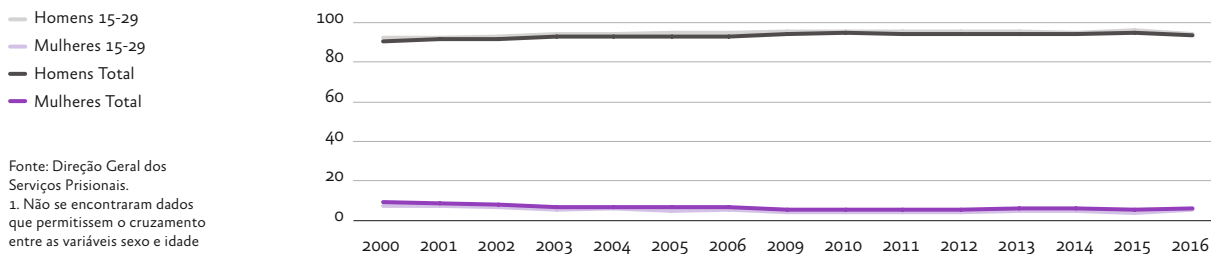
Com o objetivo de procurar responder a esta questão, abordar-se-ão dados sobre a população prisional, a violência de género e a violência nas relações de intimidade, e as causas de morte.

No que diz respeito à população prisional portuguesa, percebe-se uma disparidade de género relevante, com uma proporção de reclusos do sexo masculino muito superior à do sexo feminino, quer no grupo etário dos 15 aos 29 anos (94,5% e 5,5%, respetivamente em 2016), quer na totalidade da população

reclusa (93,7% e 6,3% para o mesmo ano). Para além desta tendência, os dados da Direção Geral dos Serviços Prisionais permitem perceber que esta disparidade se tem mantido relativamente estável ao longo do período temporal 2000-2016 (Figura 2.26). Ambas as tendências (a masculinização da população prisional em 2016 e a regularidade dessa masculinização ao longo do arco temporal em análise) são confirmadas pelas aplicações feitas do estudo “Inquérito Nacional sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional” coordenado por Torres em 2001, 2007 e 2014 (2016).

Este cenário pode ser explicado pelo facto de a manifestação de indiferença ao medo, assumindo comportamentos de risco ou violentos, fazer parte da afirmação de masculinidade, como fator de demonstração de força e de poder perante as mulheres e outros homens. Deste modo, os rapazes, e os homens em geral, expõem-se mais a situações de criminalidade e violência e alinham mais frequentemente em consumos problemáticos de drogas e de álcool que podem também exponenciar essas mesmas situações.

Figura 2.26 População prisional de jovens dos 15 aos 29 anos e da população global, em Portugal (2000-2016) (%)



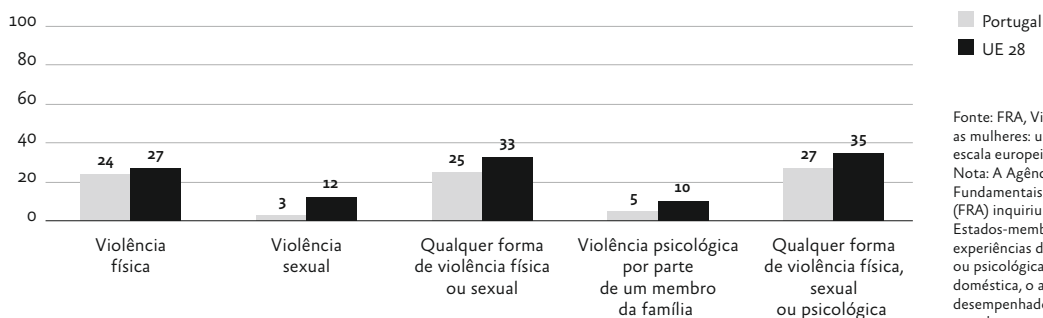
Fonte: Direção Geral dos Serviços Prisionais.
 1. Não se encontraram dados que permitissem o cruzamento entre as variáveis sexo e idade para os anos de 2007 e 2008.

Mulheres jovens: Cerca de 1/3 alvo de violência até os 15 anos

- A força física e o poder – a demonstração de se estar em controlo de si e dos outros – são características de uma masculinidade tradicional adequada. Esta visão da masculinidade pode também estar associada ao facto de os homens serem os principais autores de violência de forma geral, mas principalmente sobre as mulheres.
- Em termos médios na União Europeia a 28 países, 35% das mulheres refere ter sido alvo, durante a sua infância (até aos 15 anos), de pelo menos uma das seguintes formas de violência: violência física, sexual e/ou psicológica. Em Portugal, esse valor atinge os 27% das mulheres inquiridas (Figura 2.27).

- A incidência das diferentes formas de violência (sexual, física, psicológica) contra as mulheres durante a infância é sempre menor em Portugal do que na média da UE 28 países.
- Na UE 28, e quanto a ter sofrido violência sexual, 12% das inquiridas dizem ter sido vítimas de algum incidente deste tipo antes dos 15 anos de idade. A mesma situação em Portugal foi declarada por apenas 3% das mulheres inquiridas.
- Os valores relativos à violência sexual são aqueles que assumem maior diferença entre Portugal e a média da UE 28.
- Em média, na UE 28, 27% das mulheres foram vítimas de violência física por parte de um adulto durante a infância, ou seja, antes dos 15 anos de idade. Em Portugal, 24% das mulheres encontra-se nas mesmas circunstâncias.
- Em termos médios na UE 28, 10% das mulheres refere ter sofrido alguma forma de violência psicológica por parte de um membro adulto da sua família. Em Portugal, o valor relativo à violência psicológica sofrida pelas mulheres até aos 15 anos é de 5%.

Figura 2.27 Violência contra as mulheres: experiências de violência vividas na infância (até aos 15 anos) perpetradas por pessoas adultas (2012) (%)



Fonte: FRA, Violência contra as mulheres: um inquérito à escala europeia, 2012.
 Nota: A Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) inquiriu 42 mil mulheres dos 28 Estados-membros da UE sobre as suas experiências de violência física, sexual ou psicológica, incluindo a violência doméstica, o assédio sexual e o papel desempenhado pelas novas tecnologias nos abusos sofridos; elas foram igualmente inquiridas sobre as suas experiências de violência na infância.

Violência nas relações de intimidade na juventude

A violência nas relações de intimidade entre os/as jovens, identificada como violência no namoro, passou de modo mais explícito a fazer parte das preocupações fundamentais da sociedade nos últimos 10 anos, com diversos estudos a demonstrar que a violência nas relações de intimidade também se manifesta na juventude (*e.g.*, Caridade, 2011; Caridade & Machado, 2006; Machado, Caridade & Martins, 2010; Machado, Macieira & Carreiras, 2010; Machado, Matos & Moreira, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Saavedra, 2011; Neves, Cameira, Machado, Duarte & Machado, 2016).

Os resultados do estudo de Caridade (2011) revelam que uma em cada quatro relações de namoro tende a ser abusiva. Outro estudo, realizado com 4.667 jovens

com idades entre os 13 e os 29 anos, concluiu que cerca de um quarto (25,4%) dos/as inquiridos/as já tinha estado exposto/a a, pelo menos, um ato de violência nas relações de namoro (Machado, Caridade & Martins, 2010). Ainda outro estudo, mais recente, realizado por Magalhães e outros (2016) com 2.500 jovens conclui que 22% legitimam o uso da violência, sendo a violência psicológica e a sexual as formas mais legitimadas, em 24,3% e 28,8%, respetivamente. Das/dos jovens inquiridos/as, 7% dos/as inquiridos/as foram vítimas de, pelo menos, um ato abusivo numa relação de namoro, sendo que 8,5% foi vítima de violência psicológica, 5% de violência física e 4,5% de violência sexual.

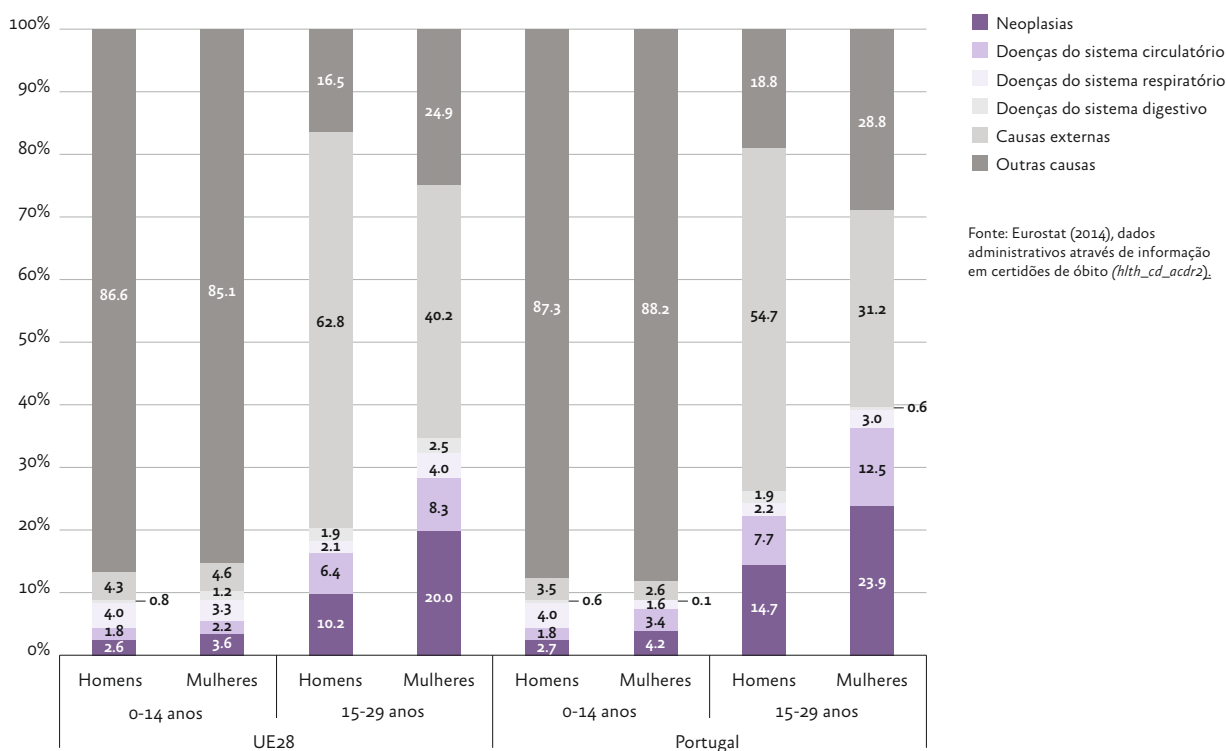
Ao analisar a violência nas relações de intimidade entre jovens, em função do sexo, verificam-se diferenças de género em relação aos motivos da sua prática e às consequências. Ainda que rapazes e raparigas usem a violência física e psicológica, constata-se que as raparigas são, por regra, física e emocionalmente violentas em resposta à violência sofrida, tolerando menos as investidas dos parceiros e afastando-se de uma posição de legitimação do poder masculino nas relações de intimidade (Neves, 2014).

Mais jovens homens do que jovens mulheres morrem de causas externas

- Estas formas, entre outras, de demonstração e de adequação a um certo tipo de masculinidade, como comportamentos violentos e/ou de risco, ajudam a perceber porque é que os rapazes/homens morrem mais precocemente do que as raparigas/mulheres originando uma inversão entre os sexos nesta faixa da pirâmide etária. Nasceram mais meninos do que meninas, mas morrem mais rapazes do que raparigas. No contexto europeu, identificam-se diferenças assinaláveis que traduzem efeitos de género (Figura 2.28). Na infância não se registam grandes assimetrias entre meninos e meninas e a maior causa de morte são outras causas (86,6% e 85,1%, respetivamente). Nesta categoria estão agrupadas as causas de morte com incidências menores incluindo morte por doenças infecciosas (H 3,53/M 2,71), doenças do sangue (H 1,11/M 0,92), doenças endócrinas (H 4,14 /M 3,46), respiratórias (H 5,80/M 4,94), doenças do sistema digestivo (H 3,59 /M 2,01), doenças da pele (H 0,03 /M 0,09), doenças do sistema músculo-esquelético (H 0,40 /M 0,50), doenças do sistema genitourinário (H 0,55 /M 0,58), gravidez e parto (M 0,49), certas condições originárias do período perinatal (H 0,23 /M 0,27), malformação congénita (H 6,50 /M 5,91) e desordem mental (H 1,94/M 0,98). Na juventude as mortes devem-se essencialmente a causas externas, e ainda mais no caso masculino (62,8% e 40,2%).
- As causas externas de morte compreendem todas as mortes associadas a acidentes, acidentes rodoviários, quedas, afogamentos, suicídio, envenenamento e agressão. A masculinização das causas externas de morte pode explicar-se pela tendência para os homens se exporem mais a situações de risco potenciadoras de acidentes e violência, no sentido de reafirmarem

a sua masculinidade, ao demonstrarem maior virilidade e agressividade, ou exprimindo de forma simbólica o seu poder, através do uso de armas (mortes por violência) ou da condução perigosa ou arriscada de veículos (mortes por acidentes rodoviários). A afirmação da masculinidade traduz-se assim em situações e contextos de tensão e conflito exacerbado, o que os torna mais vulneráveis a comportamentos de risco e situações de morte prematura evitáveis – sendo eles os que mais morrem e matam (Pedroso, 2013; Moura *et al.*, 2015).

Figura 2.28 Causas de morte por sexo, Portugal e UE 28 (2014)

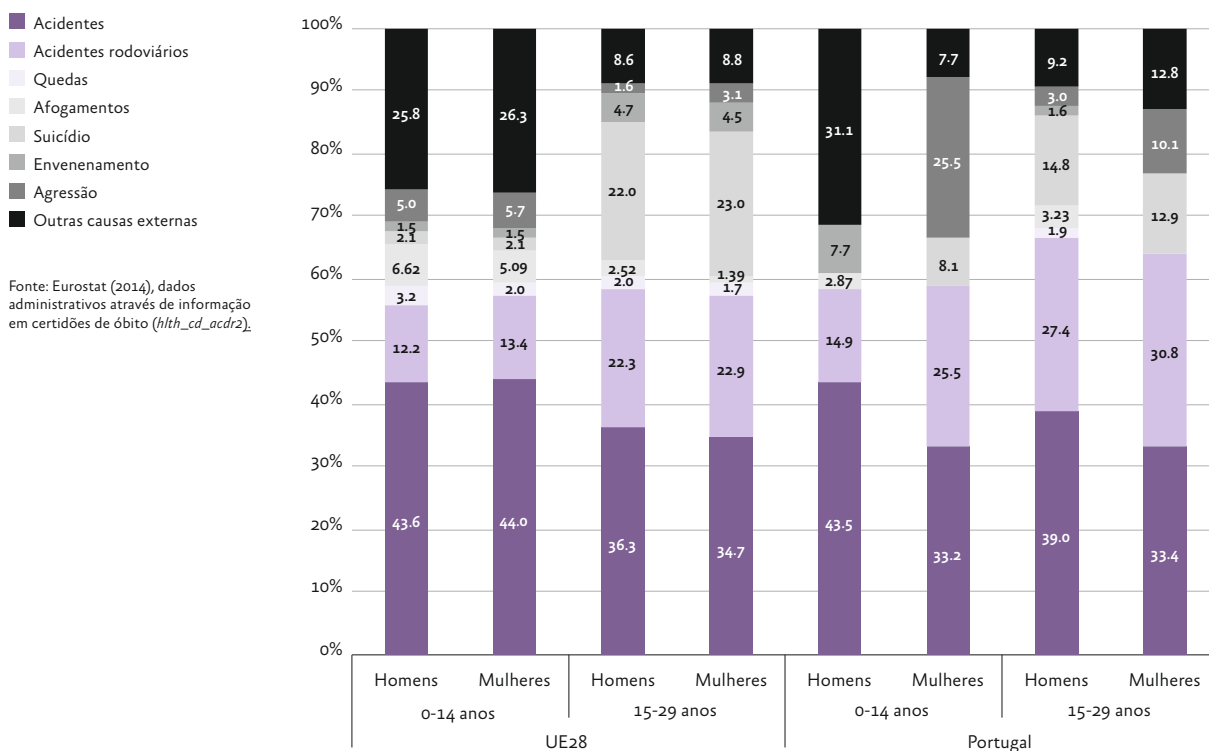


Fonte: Eurostat (2014), dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr2*).

Relativamente às causas externas de morte, na infância, os acidentes são a principal causa, quer na UE 28 quer em Portugal, tanto para meninos (43,6% e 43,5%, respetivamente) como para meninas (44,0% e 33,2%). Esta proporção desce na juventude, embora se mantenha a categoria modal (Figura 2.29).

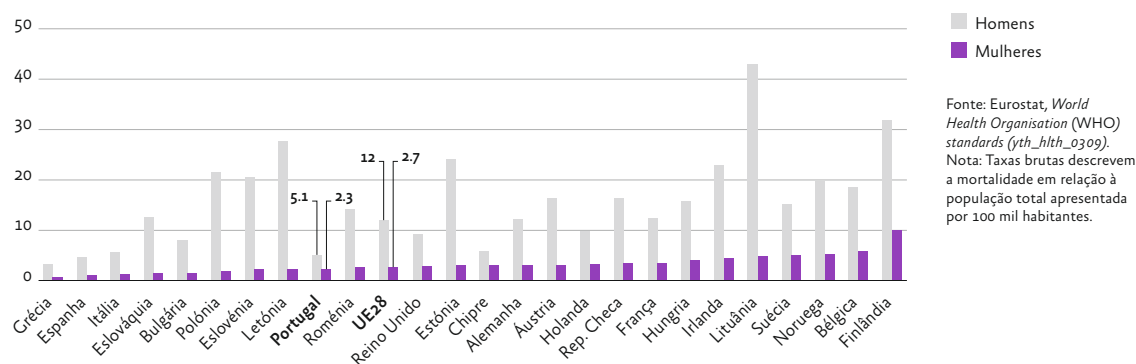
No entanto, no grupo etário dos 15 aos 29 anos aumenta consideravelmente o peso de jovens rapazes e jovens raparigas na UE 28 e em Portugal a morrer devido a acidentes rodoviários ou a suicídio. Os valores para estas causas externas de morte não revelam diferenças de género na média europeia, mas revelam-nas no contexto português, onde mais raparigas morrem por acidente rodoviário e mais rapazes por suicídio.

Figura 2.29 Causas externas de morte por sexo, Portugal e UE 28 (2014)



• Esta tendência no que ao suicídio diz respeito confirma as tendências constatadas em estudos como o de Bilsker e White (2011) e o de Varnik *et al.* (2008), que apontam para que as mulheres registem, em todas as idades, uma proporção consideravelmente mais elevada de tentativas de suicídio, apresentando mais comportamentos de autoagressão intencional, mas menores taxas de suicídio. Segundo os autores, esta situação deve-se aos métodos utilizados por homens e mulheres. Os homens tendem a utilizar métodos mais mortais, como armas de fogo ou enforcamento, e as mulheres métodos menos agressivos, como sobredosagens medicamentosas. Como aliás é comprovado na Figura 2.30, em que em todos os países europeus mais homens morrem por suicídio do que mulheres, sendo Portugal um dos países com menor diferença (5,1% e 2,3%, respetivamente).

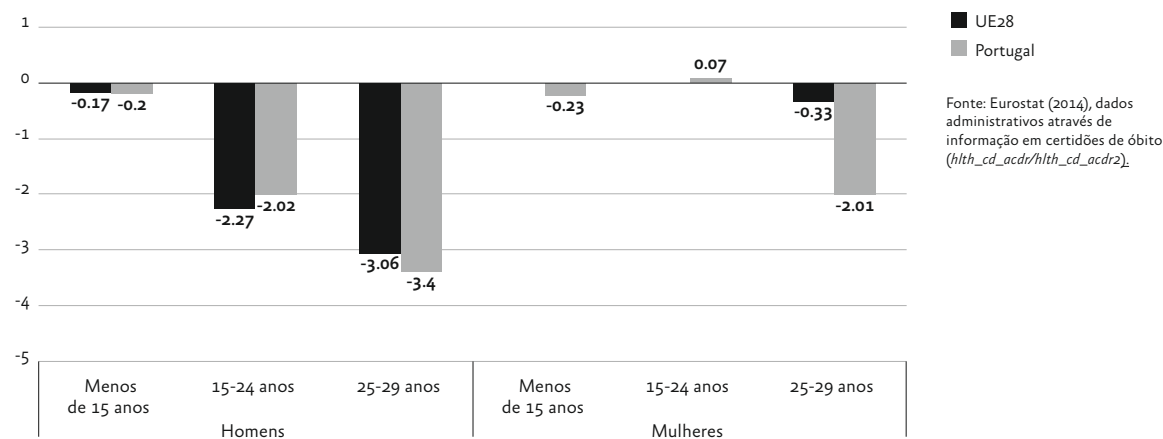
Figura 2.30 Taxa de suicídio dos 15 aos 29 anos por sexo e país (2010)



Fonte: Eurostat, *World Health Organisation (WHO) standards (yth_hlth_0309)*.
Nota: Taxas brutas descrevem a mortalidade em relação à população total apresentada por 100 mil habitantes.

• Entre 2002 e 2014, verificou-se, tanto nos/as portugueses/as como nos/as europeus/eias, uma tendência para a taxa de suicídio se manter inalterada até aos 15 anos. Nos rapazes europeus e portugueses dos 15 aos 29 anos verificou-se uma diminuição, tal como também aconteceu nas raparigas dos 25 aos 29 anos (Figura 2.31).

Figura 2.31 Mudança na taxa de suicídio por sexo, Portugal (2002-2014)



Fonte: Eurostat (2014), dados administrativos através de informação em certidões de óbito (*hlth_cd_acdr/hlth_cd_acdr2*).

Em síntese, a população prisional já é, neste grupo etário dos 15 aos 29 anos, esmagadoramente masculina. Tanto rapazes como raparigas usam a violência física e psicológica nas relações de intimidade. No entanto, as raparigas são, por regra, física e emocionalmente violentas em resposta à violência sofrida. No que diz respeito às causas de morte, mais rapazes do que raparigas morrem na juventude, e morrem mais de causas externas, de forma a corresponder a um certo tipo de masculinidade demonstrada através de comportamentos violentos e/ou de risco.

2.5. Valores

Que simetrias e diferenças se verificam relativamente aos valores e às visões do mundo entre mulheres e homens jovens?

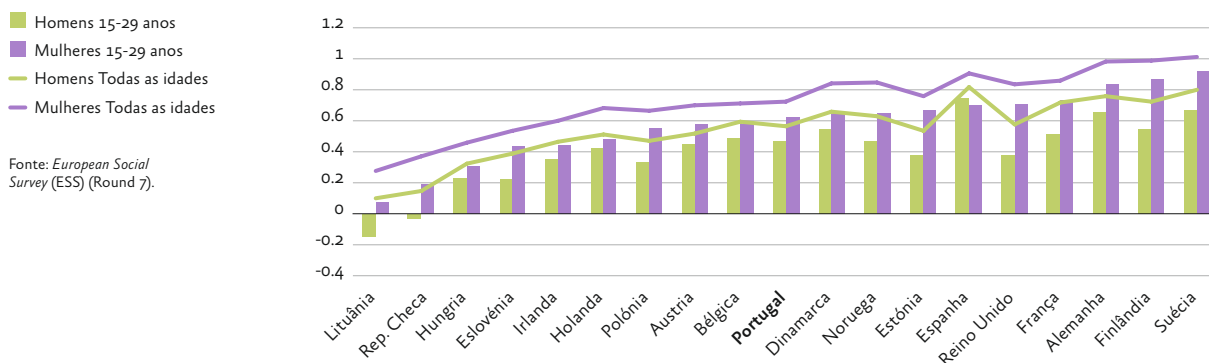
Para responder a esta questão analisam-se os valores de jovens homens e mulheres em Portugal e num conjunto de países da UE comparativamente aos do total da população, utilizando para o efeito a escala de Schwartz (1992) e os dados recolhidos pela edição de 2014 do *European Social Survey* (ESS). Esta análise completa-se com um breve relato dos resultados do estudo “Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014”, realizado por uma equipa do ICS a partir dos dados do IPSS.

⁶ Os indicadores analisados nas figuras 2.32 a 2.35 são medidos através de uma escala, em que se pedia às/ aos inquiridas/os que se posicionassem de acordo com as seguintes categorias: “exatamente como eu”, “muito parecida/o comigo”, “parecida/o comigo”, “um bocadinho parecida/o comigo”, “nada parecida/o comigo” e “não tem nada a ver comigo”. Na tipologia de valores de Schwartz, a posição individual em cada um dos valores é medida por referência à média individual das respostas do inquirido ao total dos indicadores. Assim, deve-se interpretar as respostas dos inquiridos relativamente a cada indicador como concordância superior à média, média ou inferior à média (Brites, s.d. disponível em https://www.academia.edu/9351072/Como_medir_valores_motivacionais).

Jovens universalistas, mas elas mais do que eles

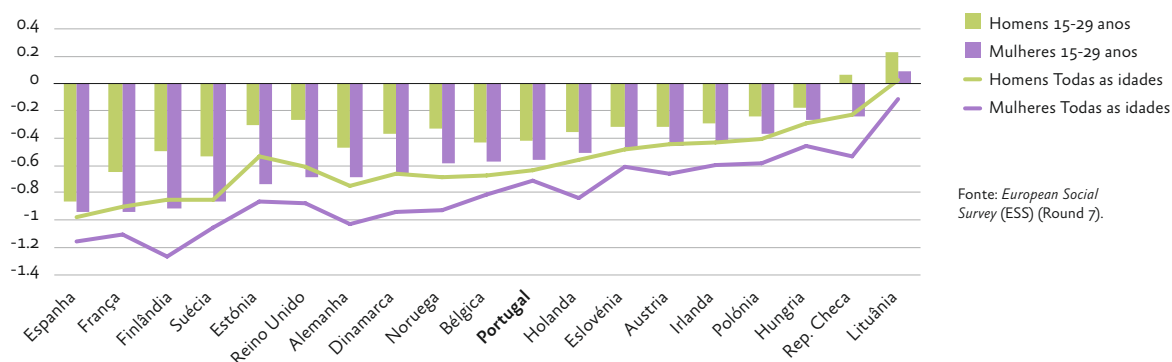
- Os jovens entre os 15 e os 29 anos concordam maioritariamente com valores como a importância da igualdade de tratamento e oportunidades para todas/os, a importância da compreensão entre as pessoas, o cuidado da natureza e do ambiente, a necessidade de apoiar e cuidar do bem-estar das pessoas, o que, segundo a escala proposta por Schwartz (1992), são valores associados ao universalismo e à benevolência que o autor designa por auto-transcendência.
- O universalismo e a benevolência são os valores globalmente mais destacados entre as mulheres e os homens jovens em Portugal, mas elas são mais universalistas do que eles (Figura 2.32).
- Registe-se ainda uma regularidade assinalável em todos os países: jovens mulheres e jovens homens são expressivamente menos benevolentes e universalistas (autotranscendência) do que as pessoas mais velhas.

Figura 2.32 Autotranscendência, entre os 15 e os 29 anos, por país e sexo, 2014 (média)⁶



- Verifica-se ainda que os jovens e as jovens atribuem menor importância às ideias de ser rica/o, ter dinheiro e bens caros, de ser bem-sucedida/o e reconhecida/o pelas suas conquistas, de ser admirada/o e respeitada/o por outras/os, ou seja, valores associados ao poder e à realização pessoal, que na escala de Schwartz se denominam por autopromoção.
- Apesar de os valores de autopromoção serem aqueles a que menos adere os e as jovens, importa sublinhar que tanto eles como elas atribuem mais importância a estes valores do que as pessoas mais velhas.
- Num contexto em que os e as jovens vivem em situações de menor segurança, de maior instabilidade económica e no trabalho e de escassez de bens, estes resultados sugerem que poder-se-á estar perante a emergência de uma geração mais materialista do que as anteriores. Os jovens (mulheres e homens) apresentam-se globalmente menos universalistas do que as outras pessoas (mais velhas) e valorizam relativamente mais o poder e o dinheiro (Figura 2.33).

Figura 2.33 Autopromoção, entre os 15 e os 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)

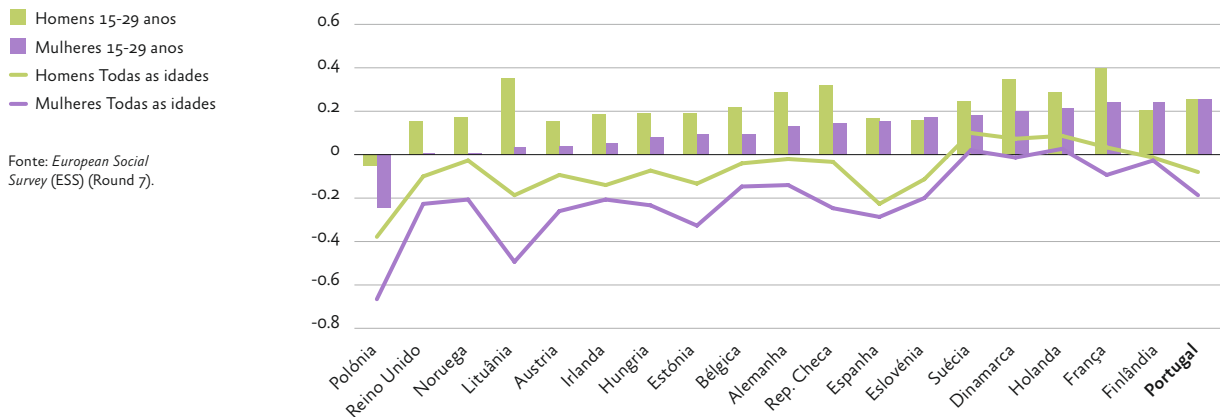


Fonte: European Social Survey (ESS) (Round 7).

Jovens mais abertos à mudança: eles mais do que elas

- Tanto em Portugal como nos outros países europeus, a importância de ser criativa/o, de experimentar coisas novas, procurar a aventura, a diversão e o prazer, ou seja, valores mais associados à abertura à mudança, são mais sublinhados pelas pessoas mais novas do que pelas mais velhas. Valorização que parece coerente, de resto, com a maior rejeição do conservadorismo (Figura 2.34).

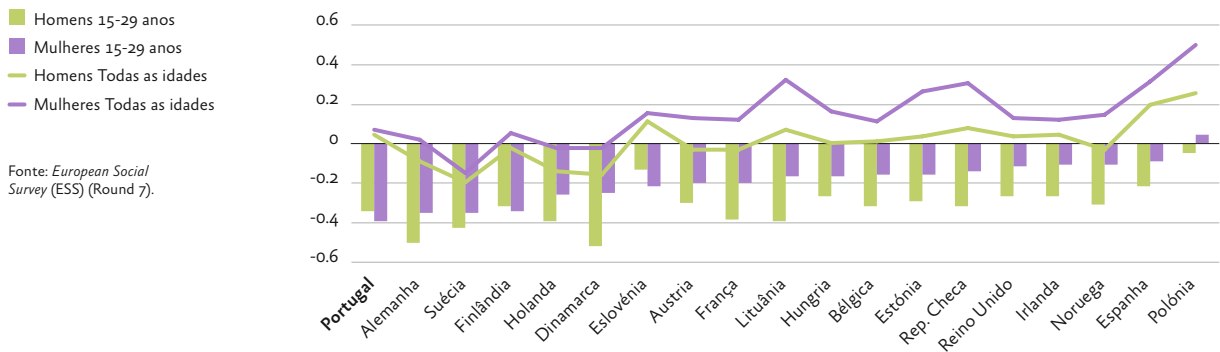
Figura 2.34 Abertura à mudança, entre 15 e 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)



- Valores como a tradição, o conformismo com as regras e costumes, a segurança ou o bom comportamento, isto é, o conservadorismo, são rejeitados pelos jovens e pelas jovens na Europa e em Portugal.
- Ao contrário do que se passa na generalidade dos países europeus, em Portugal, na Finlândia e na Eslovénia, as mulheres jovens são menos conservadoras do que os homens na mesma fase da vida (Figura 2.35).

Comparando com as pessoas mais velhas conclui-se que estas são também em todos os países mais conservadoras do que as mais novas.

Figura 2.35 Conservadorismo, entre 15 e 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)



Valores de igualdade de género, mais defendidos pelas mulheres jovens

Os resultados do ISSP desenvolvidos pela equipa do ICS publicado no *research brief* “Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014” (Ramos, Atalaia e Cunha, 2016) revela que o grupo etário dos 18 aos 29 anos assume as seguintes orientações:

- Aceitação da informalização da conjugalidade e forte desvalorização da institucionalização das relações amorosas, sem grandes diferenças de atitudes registadas entre homens e mulheres.
- Tanto homens como mulheres concordam que as despesas da casa devem ser partilhadas pelos dois membros do casal (cerca de 90%). Assim como rejeitam o modelo de família tradicional onde compete ao homem ganhar dinheiro e à mulher cuidar da casa e da família (concordância com menos de 20% em ambos os sexos).
- Atitude favorável à participação masculina na vida familiar em ambos os sexos, mas com as mulheres jovens a invocarem mais a necessidade de maior contribuição masculina nas tarefas domésticas e nos cuidados aos filhos (concordância acima dos 80% entre elas e em torno dos 70% entre eles).
- Maior aceitação das famílias monoparentais e de casais do mesmo sexo entre os mais jovens, sobretudo entre as mulheres (em torno dos 70% entre elas e dos 50% entre eles).
- Ampla concordância, entre homens e mulheres jovens, relativamente à introdução de medidas pró-igualitárias no trabalho, tais como garantia de igualdade salarial entre homens e mulheres (acima de 90% entre ambos), extensão da licença parental obrigatória para o pai e partilha da licença entre o pai e a mãe (concordância entre 60 e 80%, mas ligeiramente acima para os homens jovens), introdução de quotas para garantir o acesso das mulheres a cargos de chefia e direção ou dos homens a profissões com sobre representação feminina (estas duas mais expressivas entre as mulheres, mais de 60%, e em torno de 40% entre eles).
- Concordância também expressiva no que concerne à despenalização da interrupção voluntária da gravidez (em torno de 60% para ambos) e aos direitos das minorias sexuais, como o casamento e a adoção entre casais do mesmo sexo (embora nestes dois últimos casos, com valores bem mais elevados entre as mulheres, cerca de 80%, do que entre os homens jovens, cerca de 50% de concordância).

Em síntese, pode-se concluir que as raparigas se revelam ligeiramente mais universalistas do que os jovens rapazes, mas ambos expressam valores médios inferiores aos do resto da população neste domínio bem como no da autopromoção. Em oposição, os jovens demonstram maior abertura à mudança do que a população em geral, tendência que é mais acentuada nos jovens rapazes do que nas raparigas. É de assinalar, contudo, que em Portugal (tal como na Finlândia e Eslovénia), as raparigas rejeitam ainda mais do que os rapazes valores conservadores.

Estas tendências encontram eco nos resultados revelados pelo estudo do ICS sobre as atitudes dos portugueses face à família e aos papéis de género, que apontam de forma genérica para a adesão a valores mais igualitários por parte das gerações mais jovens, comparativamente às mais velhas, sobretudo entre as jovens mulheres.

Capítulo 3

Perfis e classes sociais dos jovens europeus

Será possível identificar perfis de países, e de jovens mulheres e homens, considerando um conjunto de indicadores que refletem, de forma genérica, as suas condições de vida? E como se situa Portugal nesse espaço europeu? *E como se distribuem os jovens por classes sociais nos diferentes países?*

Para identificar perfis de jovens e compreender como portugueses e portuguesas se posicionam no contexto europeu, elaborou-se uma análise de *clusters*, selecionando as seguintes variáveis: taxa de emprego, taxa de desemprego, salário médio/hora (em paridade de poder de compra), alunas/os matriculadas/os no ensino e jovens a viver em casa dos pais.

- Numa primeira abordagem foi possível concluir que as jovens portuguesas e os jovens portugueses se afastam da realidade vivida pelas mulheres e homens da mesma idade nos países do centro e norte da Europa. Países onde elas e eles apresentam maiores taxas de emprego, menores taxas de desemprego, salários médios/hora mais elevados, e onde se verifica o maior número de jovens matriculados no ensino e uma menor proporção de jovens a viver em casa dos pais.
- Mas quando se compararam jovens portugueses e portuguesas com os de outros países do sul ou de leste foi necessário estabelecer uma distinção por sexo, já que a análise de *clusters* revelou associações de países diferentes para eles e para elas.

Jovens portugueses: menos empregados e mais mal remunerados

- Em Portugal, os homens jovens tendem a equiparar-se aos homens jovens dos outros países do sul da Europa. Isto é, fazem parte do grupo com menor escolarização, mais expostos aos efeitos da recente crise financeira e económica, com menor taxa de emprego, maior taxa de desemprego, com os salários mais baixos, com a menor proporção de jovens matriculados no ensino e o maior número de jovens a viver em casa dos pais (Figura 3.1).
- Os homens portugueses afastam-se do grupo constituído pelos homens dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e

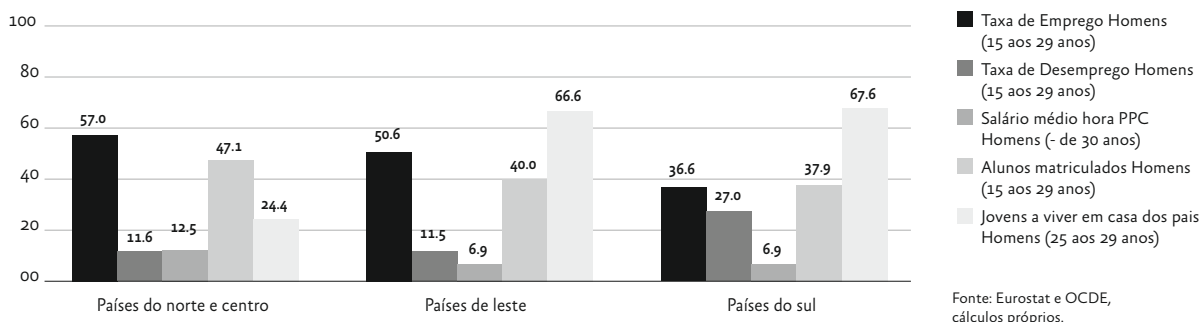
Islândia), dos países liberais (Reino Unido e Irlanda), dos países continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria) e da Estónia.

– Este grande grupo caracteriza-se pela presença de homens com a maior taxa de emprego no contexto europeu, a menor taxa de desemprego, o salário médio/hora mais elevado, o maior número de jovens matriculados no ensino e a menor proporção de jovens a viver em casa dos pais. É também o grupo com jovens mais escolarizados o que, como se referiu, constitui fator incentivador do emprego e protetor do desemprego.

- Os homens jovens portugueses também se afastam do grupo formado pelos países de leste (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia e Eslováquia) e Malta.

– Os homens dos diferentes países europeus que constituem este grupo definem-se por posições intermédias, aproximando-se de um grupo numas variáveis e de outro noutras. Têm uma taxa de emprego intermédia e uma proporção intermédia de jovens matriculados no ensino. Para além disso, têm a mesma taxa de desemprego dos países do norte e centro da Europa mas o salário médio/hora é igual ao dos países do sul e também se aproximam destes quanto à proporção de jovens a viver em casa dos pais.

Figura 3.1 Perfis de países (2014 e 2015) (Homens)

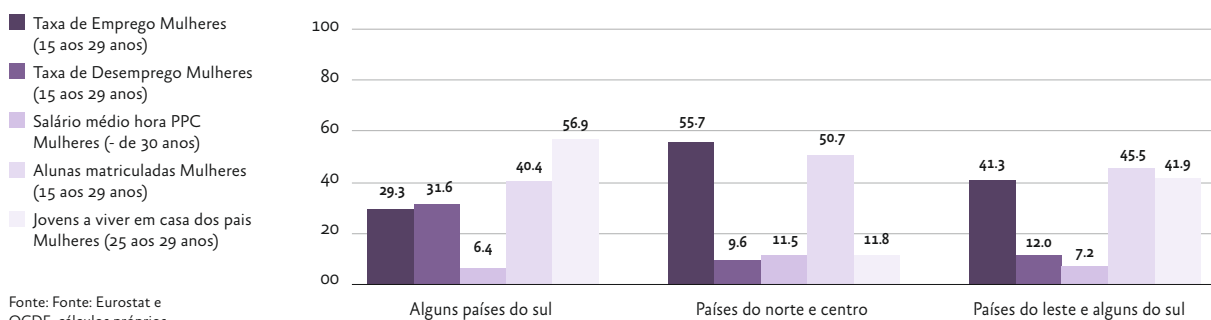


Jovens portuguesas: aproximação às mulheres dos países de leste

- As jovens mulheres portuguesas estão mais próximas das jovens dos países do leste da Europa (Bulgária, República Checa, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Roménia, Eslovénia) e da Irlanda, e afastam-se das de outros países como a Itália, Grécia e Espanha. Isto é, as jovens portuguesas (e do leste) registam posições intermédias nos diferentes indicadores (Figura 3.2).

- As mulheres portuguesas afastam-se do grupo formado pelas jovens dos outros países do sul da Europa (Grécia, Espanha, Itália) e da Eslováquia.
 - Este grupo (alguns do sul) define-se pela presença de mulheres com a menor taxa de emprego, a maior taxa de desemprego, o salário médio/hora mais baixo, a menor proporção de jovens matriculadas no ensino e o maior número de jovens a viver em casa dos pais.
- Ao mesmo tempo, as mulheres portuguesas estão distantes do grupo constituído pelas mulheres dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia), dos países continentais (Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Áustria), do Reino Unido e da Estónia.
 - Neste grupo estão presentes mulheres de diferentes países (Escandinavos, Continentais, Reino Unido e Estónia) que se caracterizam pela maior taxa de emprego, a menor taxa de desemprego, o salário médio/hora mais elevado, o maior número de jovens matriculadas no ensino e a menor proporção de jovens a viver em casa dos pais.
 - Este grupo é, tal como nos jovens homens, constituído pelas jovens mulheres mais escolarizadas. A escolaridade parece compensar na integração no mercado de trabalho, com uma maior taxa de emprego e menor desemprego. No entanto, não chega para evitar a disparidade salarial em relação aos homens.

Figura 3.2 Perfis de países (2014 e 2015) (Mulheres)



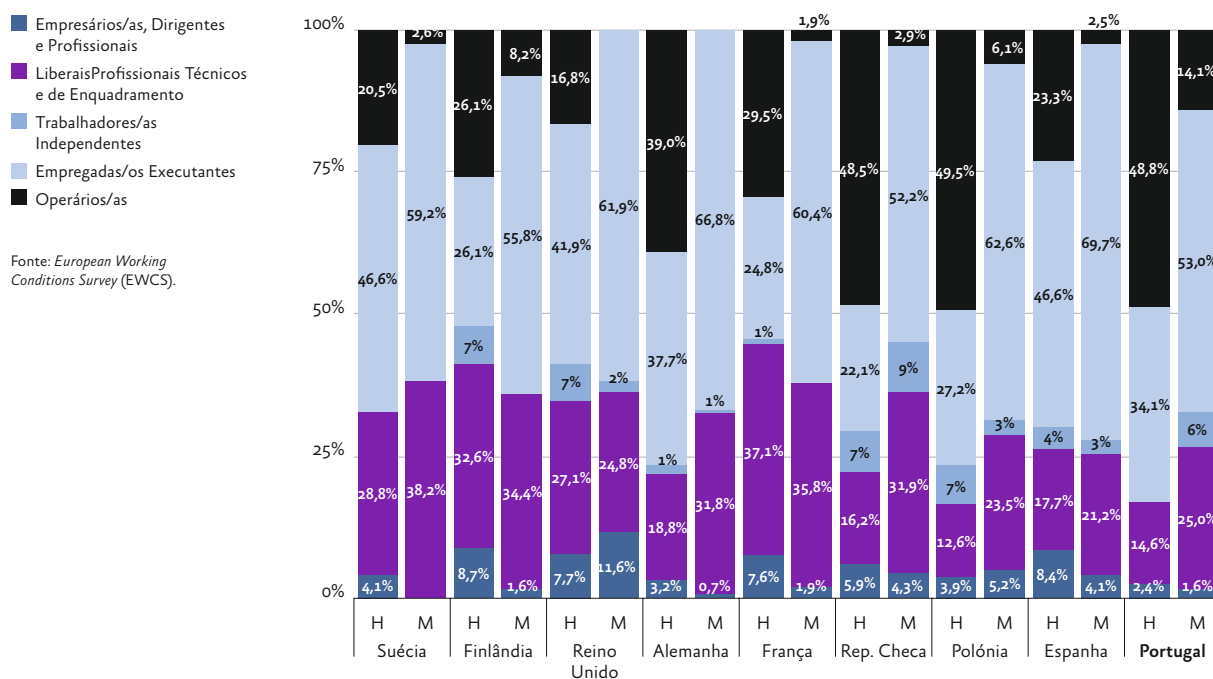
Fonte: Fonte: Eurostat e OCDE, cálculos próprios.

Que relações se estabelecem entre género e classes sociais em Portugal e nos países europeus?

A partir dos dados do *European Working Conditions Survey*, EWCS, inquérito europeu que recolhe informação sobre a população ativa nos diversos países, foi possível identificar algumas tendências centrais na distribuição por classe social de homens e de mulheres jovens entre os 15 e os 29 anos (Figura 3.3).

- Em primeiro lugar, olhando para as categorias com mais capitais económicos e escolares, conclui-se que as mulheres jovens estão mais representadas nas últimas, a dos/as profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) do que nas primeiras, a dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL), em quase todos os países, sendo a Polónia e o Reino Unido as únicas exceções.
- Esta diferença indicia a já conhecida segregação vertical, a desigualdade de acesso das mulheres, mesmo as mais jovens, aos lugares de poder e de direção, embora seja de considerar que esta categoria possa ser globalmente menos representada para ambos os sexos por se estar no início da carreira profissional.
- Ao comparar mulheres e homens jovens nas categorias com menos recursos, conclui-se que as primeiras estão em todos os países analisados mais representadas nos/as empregados/as executantes (EE) e os segundos nos/as operários/as (OP). O que significará esta diferença?
- Nas categorias de empregados/as executantes encontram-se diferentes tipos de ocupações. Umas exigem menos qualificações escolares e podem estar ligadas à área fortemente feminizada da prestação de serviços, como a dos serviços de limpeza e domésticos, ou a dos cuidados auxiliares da saúde e da educação. Outras requerem algum grau de qualificação técnica, como funções administrativas. Ambas, no entanto, tendem a ter remunerações mais baixas do que as dos homens nas mesmas categorias profissionais, e ainda menos elevadas do que as mais masculinizadas como a dos operários, como se pode verificar na Figura 2.17 quando se abordaram as desigualdades no mercado de trabalho.

Figura 3.3 Classes sociais dos jovens dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)



Fonte: *European Working Conditions Survey (EWCS)*.

- Globalmente, pois, as mulheres jovens ao estarem concentradas na classe social das empregadas executantes encontram-se em situação de desigualdade relativamente aos homens jovens.
- Comparando agora os jovens dos dois sexos nos diferentes países considerando os que têm mais recursos – EDLs e PTEs, por um lado, e os que têm menos por outro (EE e OP) –verificam-se claras desigualdades. A percentagem dos que detêm mais capital económico e escolar é muito inferior à dos mais desprovidos desses recursos.
- Numa Europa desigual, em que a percentagem dos que detêm mais capital económico e escolar é inferior à dos mais desprovidos desses recursos, Portugal é o país em que se verifica a maior desigualdade de classe: apresenta a menor proporção de mulheres e homens jovens nas duas categorias de classe mais favorecidas (EDLs e PTEs) e das mais elevadas percentagens de empregados/as executantes.
- No entanto, é importante sublinhar que, em Portugal, as mulheres jovens profissionais técnicas e de enquadramento são mais numerosas do que os homens (25% face a 14,6%).
- Embora os níveis de ensino sejam neste grupo mais elevados, em especial no caso das mulheres, o que como vimos favorece o emprego, a verdade é que vários estudos mostram que muitas/os jovens com formação superior

estão a desempenhar funções profissionais abaixo das suas qualificações escolares (Alves *et al.*, 2011; Torres, *et al.*, 2015).

Em síntese, podemos concluir que jovens homens e mulheres em Portugal alinham-se de forma diversa com os seus pares na Europa. Enquanto os jovens homens tendem a equiparar-se aos homens jovens dos outros países do sul da Europa (menos escolarizados, com mais baixas taxas de emprego, mais elevadas taxas de desemprego, salários mais baixos, e o maior número de jovens a viver em casa dos pais), as jovens portuguesas estão mais próximas das mulheres dos países de leste, evidenciando posições intermédias no que diz respeito aos mesmos indicadores.

Apesar das mais elevadas qualificações das jovens mulheres portuguesas, relativamente às dos jovens homens, a segregação vertical começa já a fazer-se sentir neste grupo etário, com menos mulheres a acederem a lugares de poder e de direção, apesar de elas serem mais numerosas do que eles entre as/os PTEs. Importa ainda notar, tal como foi concluído no capítulo sobre o emprego, que independentemente da categoria profissional em que se encontrem, as mulheres tendem a ter remunerações mais baixas do que os homens, o que para além da segregação vertical e horizontal aqui observada denota uma forma de segregação transversal, que é penalizadora para as mulheres e se começa a manifestar logo a partir da sua entrada no mercado de trabalho.

Capítulo 4

Ideias síntese

Em síntese, podemos identificar 11 grandes tendências em Portugal e na Europa quanto à igualdade de género nesta fase da vida:

1. Prevalcem estereótipos de género na família, no jardim infantil e na escola, que contribuem para uma visão de oposição e diferença, entre homens e mulheres, prestando-se menos atenção às semelhanças, e também às diferentes formas de se ser rapariga e rapaz.
2. As mulheres em Portugal e na Europa são tendencialmente mais escolarizadas do que os homens: matriculam-se e concluem mais o ensino superior do que eles.
3. A taxa de emprego das pessoas entre os 15 e os 29 anos é ligeiramente mais elevada entre os homens do que entre as mulheres em Portugal e na maioria dos países europeus.
4. Em Portugal e na Europa a escolaridade mais elevada favorece o emprego, e constitui fator protetor contra o desemprego, quer para homens, quer para mulheres, mas mais ainda para elas.
5. As mulheres e os homens jovens em Portugal são dos que têm proporções de contratação precária mais elevada, e dos mais mal pagos no contexto europeu, ganhando cerca de metade do salário médio europeu (UE 27 países).
6. As mulheres em Portugal e na Europa são mais penalizadas do que os homens no que diz respeito à segurança dos vínculos laborais, às perspetivas de carreira profissional e à remuneração.
7. As jovens mulheres, em Portugal e na Europa, autonomizam-se mais cedo do que os homens. Mas há grandes diferenças entre os países europeus quanto à permanência das/os jovens em casa dos pais. Em Portugal, nos países do sul e de leste, as/os jovens saem mais tarde de casa dos pais.
8. Persistência da sobrecarga das mulheres, em Portugal e na Europa, relativamente ao trabalho não pago. As mulheres entre os 15 e os 29 anos de idade dedicam quase o dobro das horas dos homens, quer a cuidar da casa, quer a cuidar da família.

9. Os homens jovens, em Portugal e na Europa, têm mais comportamentos de risco e exercem mais a violência do que as mulheres jovens, mas são também os que mais cometem suicídio.

10. As pessoas jovens, em Portugal e na Europa, defendem menos os valores universalistas do que as pessoas mais velhas, elas mais do que eles; e são também mais abertas à mudança, eles mais do que elas.

11. Apesar de mais escolarizadas do que os jovens homens portugueses e com níveis elevados de empregabilidade que as aproximam das jovens do leste europeu, as jovens portuguesas debatem-se logo à entrada no mercado de trabalho com tendências de segregação vertical que as afastam das categorias de direção, configurando desde cedo uma forma de segregação vertical, que se cruza com a disparidade salarial negativa que experienciam em todas as categorias profissionais.

Glossário

Classes sociais

Categoria social cujos membros, em virtude de serem portadores de tipos e volumes de recursos semelhantes, seja de propriedade económica, de qualificações escolares e profissionais, de poder ou de prestígio social, tendem a ter condições de existência também semelhantes e a desenvolver afinidades nas suas representações sociais e práticas, ou seja, naquilo que pensam e no que fazem. A pertença a uma determinada classe social tende a condicionar as possibilidades de mobilidade social de cada indivíduo ou família (Almeida, 1995).

Utilizamos este conceito com base na tipologia de classes de Almeida, Costa e Machado. Esta tipologia operacionaliza um indicador socioprofissional de lugares de classe, construído com base na profissão de cada indivíduo e na respetiva situação na profissão. A profissão do indivíduo é definida segundo a *International Standard Classification of Occupations* (ISCO). A tipologia identifica cinco categorias socioprofissionais, nomeadamente as/os dirigentes, empresárias/aos e profissionais liberais (EDL), as/os profissionais técnicas/os e de enquadramento (PTE), as/os trabalhadoras/es independentes (TI), as/os operárias/os (O) e as/os empregadas/os executantes (EE) (Costa, Machado e Almeida, 2007).

(Des)igualdades de género

Podemos conceptualizar de forma genérica as desigualdades como “diferenças de acesso e de distribuição de recursos valorizados como os económicos, por exemplo, mas também de outro tipo de bens e recursos como educação, cultura, poder, reconhecimento e prestígio” (Almeida, 2013: 25). Neste sentido, a igualdade de género teria tradução numa simetria entre homens, mulheres e pessoas de diversidades várias em razão da sua identidade de género ou orientação sexual, no acesso a recursos, poderes e direitos.

Quando falamos de desigualdade de género referimo-nos, pois, às desvantagens materiais e simbólicas que as mulheres experienciam relativamente aos homens (Connell, 1987). Estas são mais frequentes e mais expressivas embora desigualdades de género possam também, por vezes, criar desvantagens para

os homens (por exemplo, remetendo-os para profissões tendencialmente mais perigosas, incitando-os a adotar comportamentos desviantes e violentos e/ou afastando-os da esfera afetiva do cuidar) e para outras identidades de género que diferem da visão binária tradicional do masculino e do feminino.

Em resultado da pressão dos movimentos feministas e de outros grupos ligados a diversas identidades de género, a igualdade de género tem sido promovida no plano legislativo com mudanças expressivas ao nível nacional e transnacional. No entanto, inércias e resistências ainda se fazem sentir ao nível dos aplicadores e aplicadoras da lei, das normas sociais e das culturas organizacionais, das instituições nos seus modos de funcionar tradicionais, que tendem ou podem tender a adotar a retórica da igualdade sem que ela se traduza em qualquer mudança.

Idades da vida

Na delimitação empírica desta pesquisa utilizámos o conceito de *idades da vida* como conceito operatório, para equacionar a questão da igualdade de género e das discriminações de forma situada no tempo, identificando grandes grupos e momentos. A investigação tem demonstrado que género e idade moldam as interações, as perceções e as expectativas sociais; os papéis e as identidades, as relações de poder e as condições materiais de existência, as oportunidades de escolarização e profissionais ou as condições de trabalho ou da vida depois do trabalho (Arber, Davidson e Ginn, 2003; Torres *et al.*, 2007; Venn, Davidson e Arber, 2011) de homens e mulheres.

O género é vivido de forma diferente em diferentes momentos da vida porque em cada idade os recursos, o poder, as relações sociais e as realidades vividas por rapazes e raparigas, homens e mulheres são também distintos. Através deste conceito procuramos perceber como se vive o género em função da idade da vida, tendo ainda em conta contextos sociais mais vastos e contextos de interação. Neste projeto considerámos as seguintes idades da vida:

1. Infância e juventude (até aos 29 anos);
2. “*Rush hour of life*” (filhos e filhas pequenos/as e acentuado investimento profissional) (dos 30 aos 49 anos);
3. Fase tardia da vida ativa (dos 50 aos 65 anos).
4. Idade da reforma/velhice (por opção metodológica, delimitamos o nosso estudo até a idade ativa, não abordando a fase da vida após 65 anos).

Identidades de género

A identidade de género refere-se ao modo como, independentemente do seu sexo biológico ou da orientação sexual (homossexual, heterossexual

ou bissexual), cada pessoa se percebe a si mesma e se apresenta aos outros, como masculino, feminino, uma combinação de ambos ou outra identidade não convencional (Butler 1990). É a forma como nos reconhecemos a nós mesmos/as e desejamos que as outras pessoas nos reconheçam, incluindo a maneira como agimos, a maneira como nos vestimos, andamos e falamos.

Masculinidades e feminilidades

As masculinidades e feminilidades são o conjunto de qualidades e atributos considerados como característicos, respetivamente, de homens e de mulheres numa dada sociedade, tendo em conta as normas e valores vigentes. Estes significados, associados ao ser-se homem e ao ser-se mulher, variam em função do tempo, da cultura e da posição ocupada na estrutura social construindo múltiplas masculinidades e múltiplas feminilidades, que são no entanto hierarquizadas numa ordem de género. Assim, por exemplo, um operário pode afirmar a sua masculinidade através da força física e da bravura, enquanto um homem de classe média estabelecerá provavelmente a sua masculinidade através do poder económico. Para um homem jovem a força física pode ser um importante traço de masculinidade, enquanto para um homem na idade adulta o sucesso económico e profissional serão indicadores mais relevantes de masculinidade (Almeida, 1995).

Para analisar estas relações de poder, Connell introduz o conceito de masculinidade hegemónica que identifica, não a norma estatística, mas o modelo socialmente mais valorizado de masculinidade. Impõe-se assim a todos os homens que se posicionem em relação a este padrão que fornece também uma base de legitimidade ideológica para a subordinação global do feminino. Por seu turno, o conceito de ‘feminilidade enfatizada’ exprime a subordinação feminina, ao sistema que privilegia o poder masculino (Connell, 1987). Para as mulheres haverá também diversas formas de afirmação da feminilidade que podem diferir nas várias idades da vida e conforme a classe social, passando por uma maior ou menor centralidade da dimensão materna, pela afirmação da aparência física, ou pela afirmação profissional.

Mais recentemente a ideia de que homens e mulheres têm um papel ativo (agência) na construção das suas identidades e de que podem resistir a estes modelos dominantes tem também feito o seu caminho, (Kimmel, Hearn e Connell, 2004).

Sexo e Género

Numa primeira fase, desde os finais do século XIX até à primeira metade do século XX, a medicina, a biologia e a psicologia, não distinguiam praticamente sexo de género entendendo-os como equivalentes e como caracterizadores dos atributos do sexo feminino e do masculino. Considerava-se que eram as diferenças biológicas que determinavam comportamentos, características, traços de personalidade, maneiras de pensar diferentes de homens e de mulheres.

Nos finais dos anos de 1960 e inícios de 1970 podemos localizar uma segunda fase que inaugura uma visão que distingue sexo, associado nesta perspetiva à diferença biológica entre os sexos, e género centrado na dimensão cultural, ou seja, nos significados que se atribuem em diferentes sociedades e contextos sociais ao que é ser mulher ou homem. Simone de Beauvoir (1947/1953) é das primeiras a mostrar como as mulheres são ensinadas “a ser” em cada momento da sua vida: na infância, na adolescência, e quando são mães; ou ainda como são “construídas” e concebidas como o “outro” cuja referência e modelo é o homem. Contributo decisivo nesta fase é também o de Ann Oakley quando defende que o sexo é um dado biológico, uma constante, mas o género é uma construção social (Oakley, 1972: 53).

Numa terceira fase, nos finais dos anos de 1980 mas, sobretudo, de 1990 a distinção entre sexo e género conhece outros desenvolvimentos. Não só se reconhece que o sexo biológico é afinal menos estável e constante do que se supunha, podendo manifestar-se numa variação e combinações possíveis (ver por exemplo os trabalhos de Fausto-Sterling, 2000) como a sexualidade, tema também importante nas propostas anteriores, assume papel ainda mais central nas questões de sexo e género. Passa-se assim a considerar que o género não é uma propriedade dos indivíduos mas algo que nos “é feito” e atribuído desde a nascença, e que nós vamos construindo e negociando ao longo da vida e nas diferentes interações sociais. Neste sentido o género pode “subverter” o próprio ao sexo biológico, o que se torna muito visível no caso dos transexuais. Esta visão *performativa* do género sublinha a possibilidade de agência, isto é a capacidade de agir sobre uma realidade que pode ser sentida como constrangedora, e combate lógicas deterministas – o que se faz também se pode desfazer. É uma perspetiva que abre portas também para a *diversidade* das identidades de género, para a possibilidade do carácter fluido do género e da própria vivência da sexualidade, questionando o imperativo da heteronormatividade (Richardson & Robison, 2008: 9-17).

Quadros síntese

Quadro 1 Juventude, educação e condições de vida, por país e UE 27

	Jovens matriculados em educação ¹		Abandono escolar precoce ²		Jovens a viver em casa dos pais ³		Jovens em risco de pobreza ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	*	*	12,4	9,4	57,6	30,6	29,2	29,3
Países nórdicos								
Noruega	46,7	50,1	12,9	8,4	6,7	4,7	27,8	31,5
Suécia	45,7	53,0	8,2	6,7	9,4	3,8	26,0	26,8
Finlândia	53,7	57,9	9,9	7,5	7,5	2,9	28,0	23,6
Dinamarca	55,7	60,1	8,9	6,2	4,2	0,8	34,0	33,7
Islândia	49,7	56,3	22,5	14,0	23,8	12,5	13,9	16,5
Países liberais								
Reino Unido	38,8	41,7	12,7	9,6	25,0	14,7	28,9	29
Irlanda	52,4	52,1	8,0	4,8	45,8	28,4	35,7	34,4
Países continentais								
Bélgica	45,7	51,5	10,7	7,6	35,7	19,3	24,1	25,1
França	41,6	43,8	9,9	7,9	21,5	12,3	22,8	21,9
Alemanha	48,9	49,0	10,9	9,6	37,0	16,4	23,8	26,0
Holanda	53,3	53,9	10,2	6,3	25,3	8,7	23,6	26,4
Áustria	39,2	43,1	7,9	6,2	42,6	19,8	20,9	21,1
Países do sul								
Grécia	26,8	26,9	7,5	5,5	76,1	59,3	46,7	46,1
Espanha	48,0	49,9	23,2	15,4	59,9	47,9	39,2	38,0
Itália	39,5	43,3	16,6	11,5	73,5	57,8	36,8	37,0
Portugal	45,2	45,6	16,5	10,6	66,8	53,3	31,4	30,0
Malta	29	34,6	23,4	15,9	71,7	46,6	22,3	18,7
Chipre	29,9	33,1	10,3	3,5	61,7	38,9	35,0	34,4
Países de leste								
Bulgária	38,5	41,5	13,5	13,3	70,9	44,4	42,1	40,5
República Checa	41,0	46,1	6,6	6,8	57,6	36,6	13,7	16,9
Estónia	40,8	47,4	11,6	7,9	32,8	25,3	20,4	21,1
Letónia	41,6	49,3	14,3	6,9	49,9	30,0	27,2	28,6
Lituânia	48,9	54,1	6,4	3,6	47,6	29,4	27,7	26,3
Hungria	41,3	43,7	12,9	12,1	77	54,5	32,9	30,7
Polónia	44,3	52,6	6,7	3,7	64,9	46,7	26,4	27,0
Roménia	33,1	38,1	18,7	18,4	75,0	44,1	43,5	42,0
Eslovénia	46,3	55,4	6,7	2,6	69,4	50,4	18,5	21,2
Eslováquia	35,9	41,4	7,0	6,6	82,2	62,7	17,7	18,4

1. Fonte: Eurostat (2015) – proporção de pessoas (dos 15 aos 29 anos) matriculados no sistema educativo.

2. Fonte: Eurostat (2016) – proporção de pessoas (dos 18 aos 24 anos) que deixaram de estudar sem terminar o secundário.

3. Fonte: Eurostat (2013) – proporção de jovens (dos 25 aos 29 anos) a viver em casa dos pais no total de pessoas do mesmo grupo etário.

4. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas (dos 15 aos 29 anos) em risco de pobreza.

Quadro 2 Juventude e condições de trabalho, por país e UE 27

	Taxa de emprego ¹		Taxa de desemprego ²		Salário médio/hora ³		Contratação não permanente ⁴	
	H	M	H	M	H	M	H	M
UE 27	49,7	44,2	14,8	14,4	11,4	11,1	31,4	33,1
Países nórdicos								
Noruega	57,8	59,6	10,6	7,4	16,2	15,2	20,2	24,8
Suécia	57,4	57,6	14,5	12,6	13,6	12,6	34,8	43,2
Finlândia	51,5	52	16,4	14,8	13,0	12,0	29,7	40,1
Dinamarca	63,6	63,1	11,0	10,9	15,0	13,8	29,7	31,4
Islândia	72,6	67,9	*	*	10,4	9,9	25,0	24,6
Países liberais								
Reino Unido	61,5	57,8	10,1	8,4	11,3	10,7	10,3	11,2
Irlanda	45,3	44,3	16,0	11,1	15,0	14,9	17,4	21,0
Países continentais								
Bélgica	42,3	39,6	15,3	13,2	13,8	13,8	22,2	26,7
França	43,8	39,5	18,9	18,0	12,0	11,6	38,6	39,9
Alemanha	58,5	55,1	6,9	5,3	12,1	11,2	38,2	36,8
Holanda	67,4	68,4	8,9	8,3	10,4	10,7	43,1	47,1
Áustria	61,8	59,8	10,5	7,8	11,3	10,0	23,3	22,8
Países do sul								
Grécia	32,9	23,3	33,9	43,9	*	*	20,1	24,6
Espanha	35,5	33,1	32,9	33,8	9,9	9,5	56,3	56,6
Itália	33,8	25,3	26,9	30,6	10,5	9,7	39,4	44,4
Portugal	40,9	39,2	20,5	21,2	6,1	5,8	51,6	54,6
Malta	62,7	58,2	7,6	7,1	10,3	10,4	11,2	14,1
Chipre	40,1	42,3	20,6	22,9	7,9	7,7	24,5	31,8
Países de leste								
Bulgária	42,3	32,7	13,3	10,8	4,8	4,3	8,6	7,3
República Checa	54,6	39,2	6,3	8,9	7,2	6,5	18,4	26,3
Estónia	57,8	48,3	11,1	8,6	7,9	6,2	6,1	9,7
Letónia	51,3	47,8	14,8	11,6	6,4	5,4	5,7	5,6
Lituânia	47,9	39,5	11,5	*	5,7	5,1	4,3	4,3
Hungria	48,7	38,4	8,9	9,2	7,1	6,5	15,6	15,1
Polónia	49,2	38,2	11,7	11,9	7,8	7,2	50,8	56,6
Roménia	48,1	35	13,5	12,6	4,4	4,4	3,9	2,1
Eslovénia	49,1	41,3	13,5	16,2	8,3	8,0	43,8	60,5
Eslováquia	52,3	35,6	13,9	17,9	6,9	6,3	14,3	19,9

1. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas empregadas (dos 15 aos 29 anos) sobre o total da população do mesmo grupo etário.
2. Fonte: Eurostat (2015) – percentagem de pessoas desempregadas (dos 15 aos 29 anos) sobre o total da população ativa do mesmo grupo etário.
3. Fonte: Eurostat (2014) – salário médio/hora da população empregada (menos de 30 anos) em empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (Paridade do poder de compra).
4. Fonte: OCDE (2015) – percentagem de pessoas empregadas (dos 15 aos 24 anos) com contrato não permanente no total de pessoas empregadas do mesmo grupo etário.

Referências

- ADDABO, T., Bastos A., Casaca S. F., Duvvury, N., & Ní Léime, Á. (2015). Gender and labour in times of austerity: Ireland, Italy and Portugal in comparative perspective. *International Labour Review*, vol. 154(4), 449-473.
- ALMEIDA, A. N. (Coord.), Delicado, A., Alves, N. A., Carvalho, T., & Carvalho, D. (2015). *Infâncias Digitais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, J. F. (1995). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, J. F. (2013). *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- ALMEIDA, M. V. (1995). *Senhores de si*. Lisboa: Fim de Século.
- ALVAREZ, M. T. (2007). *Género e cidadania nas imagens de história*. Lisboa: CIG.
- ALVES, N. A., Cantante, F., Baptista, I., & Carmo, R. M. (2011). *Jovens em transições precárias: Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.
- AMÂNCIO, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- ARBER, S., Davidson, K., & Ginn J. (2003). Changing approaches to gender and later life. In S. Arber, K. Davidson & J. Ginn (Eds.), *Gender and ageing: Changing roles and relationships* (pp. 1-14). Philadelphia, PA: Open University Press.
- BAGO d'Uva, T., & Fernandes, M. (2017). *Mobilidade Social em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- BAUDELLOT, C., & Establet, R. (1992). Allez les filles! *Revue française de pédagogie*, vol. 101, 123-124.
- BEAUVOIR, S. (1949/1953). *Le deuxième sexe*. Paris: Gallimard.
- BILSKER, D., & White, J. (2011). The silent epidemic of male suicide. *British Columbia Medical Journal*, vol. 53(10), 529-534. Disponível em <http://www.bcmj.org/articles/silent-epidemic-male-suicide>.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction*. Paris: Les Éditions de minuit.
- BRINKMAN, B., Rabenstein, K., Rosen, L., & Zimmerman, T. (2014). Children's gender identity development: The dynamic negotiation process between conformity and authenticity. *Youth & Society*, vol. 46(6), 835-852.
- BUTLER, J. (1990). *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- BYRNE, D., & Smyth, E. (2010). *No way back? The dynamics of early school leaving*. Dublin: Liffey Press.
- CARIDADE, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- CASACA, S. F. (Coord.) (2012). *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des) igualdade*. Coimbra: Almedina.

- CASTELLS, M. (2000). *The rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell.
- CONNELL, R. (1987). *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- CONNELL, R. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- COSTA, A. F., Lopes, J. T., & Gaetano, A. (Eds.) (2014). *Percursos de estudantes no ensino superior: Fatores e processos de sucesso e insucesso*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- COSTA, A. F., Machado, F. L., & Almeida, J. F. (2007). Classes sociais e valores em contexto europeu. In J. Vala e A. Torres (Eds.) *Contextos e Atitudes Sociais na Europa* (pp. 69-96). Lisboa: ICS.
- COYETTE, C., Fiasse, I., Johansson, A., Montaigne, F., & Strandell, H. (2015). *Being young in Europe today*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- CUNHA, V. (2007). *O lugar dos filhos: Ideais, práticas e significados*. Lisboa: ICS.
- DIPRETE, T. A., & Buchmann, C. (2013). *The rise of women: The growing gender gap in education and what it means for American schools*. New York: Russell Sage Foundation.
- EIGE – European Institute for Gender Equality (2017). *Gender equality index & gender statistic*. Disponível em <http://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs/indicator>.
- FAUSTO-STERLING, A. (2000). *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- FERREIRA, A. S., Flores, I., & Casas-Novas, T. (2017). *Porque melhoraram os resultados PISA em Portugal: Estudo longitudinal e comparado (2000-2015)*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em <https://www.ffms.pt/publicacoes/grupo-estudos/2386/porque-melhoraram-os-resultados-pisa-em-portugal>.
- FERREIRA, V. (2014). Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and austerity: The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 207-227). London: Routledge.
- FRA – European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Violence against women: an EU-wide survey*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- HADJAR, A., Krolak-Schwerdt, S., Priem, K., & Glock, S. (2014). Gender and education achievement. *Journal of Educational Research*, vol. 56(2), 117-125.
- HASCHER, T., & Hagenauer, G. (2010). Alienation from school. *International Journal of Educational Research*, vol. 49(6), 220-232.
- KARAMESSINI, M. (2014). Introduction – women’s vulnerability to recession and austerity: A different crisis, a different context. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and austerity: The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 3-16). London: Routledge.
- KIMMEL, M. (2000). *The gendered society*. New York: Oxford University Press.
- KIMMEL, M., Hearn, J., & Connell, R. (2004). *Handbook of studies on men and masculinities*. London Thousand Oaks, California: Sage.
- MACHADO, C., Caridade, S., & Martins, C. (2010). Violence in juvenile dating relationships: Self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, vol. 25(1), 43-52.

- MAGALHÃES, M. J., Pontedeira, C., Guerreiro, A., & Ribeiro, P. (2016). *Cenas. Igualdade: Programa de Prevenção da Violência e Delinquência Juvenil*. Porto: UMAR.
- MCDOWELL, L. (2009). New masculinities and femininities: Gender divisions in the new economy. In A. Furlong (Ed.), *Handbook of youth and young adulthood: New perspectives and agendas* (pp. 58-65). London: Routledge.
- MOURA, E. C., Gomes R., Falcão, M. T. C., Schwarz, E., Neves, A. C. M., & Santos, W. (2015). Gender inequalities in external cause mortality in Brazil, 2010. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 20(3), 779-788.
- NEVES, S. (2014). De vítimas a agressoras: A (aparente) dupla posição das raparigas na violência no namoro heterossexual. In V. Duarte e M. I. Cunha (Eds.), *Violências e Delinquências juvenis femininas: Género e (in)visibilidades sociais* (pp. 63-76). Famalicão: Editora Húmus.
- NICO, M. (2014) Padrões de mudança de casa e eventos de vida: Uma análise das carreiras habitacionais. *Sociologia*, (28), 103-126.
- OAKLEY, A. (1972). *Sex, gender and society*. San Francisco: Harper and Row.
- OIT (2016). *World employment social outlook trends for youth*. Geneva: International Labour Office.
- PEDROSO, T. (2013). Gender disparities in mortality: Challenges for health equity in Puerto Rico. *Acta Colombiana de Psicologia*, vol. 16(2), 103-114.
- PEREIRA, M. M. (2012). *Fazendo género no recreio: A negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: ICS.
- PERISTA, H., Cardoso, A., Brázia, A., Abrantes M., & Perista, P. (2016). *Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal*. Lisboa: CESIS, CITE.
- RAMOS, V., Atalaia, S., & Cunha, V. (2016). *Vida familiar e papéis de género: Atitudes dos portugueses em 2014. Research Brief*. Lisboa: ICS.
- RICHARDSON, D., & Robison, V. (2008). *Introducing gender and women's studies*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- RUBERY, J. (2014). From women and recession to women and austerity. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and austerity: The economic crisis and the future for gender equality* (pp. 17-36). London: Routledge.
- SCHWARTZ, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theory and empirical tests in 20 countries. In M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 1-65). New York: Academic Press.
- TORRES, A. (2004). *Vida Conjugal e Trabalho*. Oeiras: Celta.
- TORRES, A., Brites, R., Haas, B., & Steiber, N. (2007). *First European quality of life survey: Time use and work-life options over the life course*. Dublin: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.
- TORRES, A., Costa, D., Sant'Ana, H., Coelho, B., e Sousa, I. (2016). *Assédio sexual e moral no local de trabalho*. Lisboa: CITE, CIEG.

- TORRES, A., & Barros, H. (Coord.) (2015). *Reproduzir ou contrariar o destino social? Estudo longitudinal de uma geração nascida nos anos 90 do século XX em Portugal, síntese de resultados*. Disponível em <http://epiteen.iscsp.ulisboa.pt/resultados/publicacoes/item/129-brochura-de-resultados>.
- TORRES, A., & Lito, A. (Eds.) (2008). *Consumos de drogas: Dor, prazer e dependências*. Lisboa: Fim de Século.
- TORRES, A., Mendes, R., Gaspar, S., Fonseca, R. B., Oliveira C. & Dias, C. (2016). *Caracterização da população prisional, crimes cometidos e dependências face às drogas, bebidas alcoólicas e jogo a dinheiro*. Lisboa: CIEG/ ISCSP-ULisboa.
- TORRES, A., Sant'ana, H., & Maciel, D. (Coord.) (2015). *Estudos de género numa perspectiva interdisciplinar*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- TORRES, A., Serra, F., Tavares, L., Assunção, F., Brites, R., Carvalho, D., Maciel, D., Barros, H., & Ramos, E. (2014). *Género, educação e trabalho: Diferenças e similitudes nas trajetórias de rapazes e raparigas entre os 13 e os 21 anos*. Atas do VIII Congresso Português de Sociologia: 40 anos de democracia(s) – Progressos, contradições e prospectivas, Associação Portuguesa de Sociologia, Évora.
- VÄRNİK, A., et al. (2008). Suicide methods in Europe: A gender-specific analysis of countries participating in the “European alliance against depression”. *Journal of Epidemiology and Community Health*, vol. 62(6), 545-51. Doi: 10.1136/jech.2007.065391.
- VENN, S., Davidson, K., & Arber, S. (2011). Gender and Ageing. In Jr. Settersten, A. Richard, & J. L. Angel (Eds.), *Handbook of sociology of aging: Handbooks of sociology and social research* (pp. 71-82.). New York: Springer.
- WALL, K. (Coord.), Cunha, V., Atalaia, S., Rodrigues, L., Correia, R., Correia, S. V., & Rosa, R. (2016). *Livro Branco – Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CITE.

ÍNDICE DE FIGURAS

- 17 **Figura 2.1** Jovens dos 15 aos 29 anos matriculados no sistema educativo, por país e sexo, 2015 (%)
- 17 **Figura 2.2** Níveis de ensino completo da população portuguesa e da União Europeia a 27 (15 aos 29 anos), por sexo, 2016 (%)
- 20 **Figura 2.3** Mudança nos níveis de ensino completo da população dos 15 aos 29 anos, em Portugal e na UE 27, 2000-2016 (%)
- 21 **Figura 2.4** Abandono escolar precoce na população dos 18 aos 24 anos, por país e sexo, 2016 (%)
- 24 **Figura 2.5** Perfis de mobilidade educacional (dados EPITeen recolhidos aos 24 anos), 2014 (%)
- 25 **Figura 2.6** Mulheres licenciadas na área das “Ciências, Matemáticas e Computação”, UE 27 (2012) (%)
- 25 **Figura 2.7** Mulheres licenciadas na área das “Engenharias, Manufatura e Construção”, UE 27 (2012) (%)⁴
- 26 **Figura 2.8** Áreas de formação das mulheres com licenciatura, em Portugal e na UE 27, 2012 (%)
- 28 **Figura 2.9** Mulheres licenciadas nas áreas das Ciências e Engenharias, em Portugal e na UE 27, 2012 (%)
- 29 **Figura 2.10** Taxa de emprego, dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)
- 30 **Figura 2.11** Taxa de emprego por nível de ensino, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2015 (%)
- 31 **Figura 2.12** Taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por país e por sexo, 2015 (%)
- 31 **Figura 2.13** Evolução na taxa de desemprego, dos 15 aos 29 anos, por sexo, em Portugal, 2000-2015 (%)
- 33 **Figura 2.14** Contratos não permanentes, dos 15 aos 29 anos, por país e por sexo, 2016 (%)
- 34 **Figura 2.15** Salário médio/hora, em euros PPC, por país e sexo, 2014
- 34 **Figura 2.16** Evolução na disparidade salarial em Portugal, 2007 a 2015 (%)
- 35 **Figura 2.17** Remuneração mensal, por tipo de profissão, em PPC, por sexo, menores de 30 anos, em Portugal e UE 27, 2014
- 37 **Figura 2.18** Tipos de famílias dos jovens entre os 15 e os 29 anos, por sexo, em Portugal e na UE 27, 2011 (%)
- 38 **Figura 2.19** Proporção de jovens dos 15 aos 29 anos a viver em casa dos pais, por sexo, 2015 (%)
- 39 **Figura 2.20** Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (homens dos 15 aos 29 anos), 2015
- 39 **Figura 2.21** Correlação entre salário médio/hora em PPC e a média de idade de saída de casa dos pais (mulheres dos 15 aos 29 anos), 2015
- 40 **Figura 2.22** Média de horas semanais passadas a cuidar da casa, por país e por sexo, 2012

-
- 41 **Figura 2.23** Média de horas semanais passadas a cuidar da família, por país e por sexo, 2012
- 43 **Figura 2.24** Risco de pobreza e exclusão social das pessoas dos 15 aos 24 anos, por país e por sexo, (2005 e 2015) (%)
- 44 **Figura 2.25** Evolução dos jovens, dos 15 aos 29 anos em situação de risco de pobreza, por sexo, em Portugal, 2004-2013 (%)
- 46 **Figura 2.26** População prisional de jovens dos 15 aos 29 anos e da população global, em Portugal (2000-2016) (%)
- 47 **Figura 2.27** Violência contra as mulheres: experiências de violência vividas na infância (até aos 15 anos) perpetradas por pessoas adultas (2014) (%)
- 49 **Figura 2.28** Causas de morte por sexo, Portugal e UE 28 (2014)
- 50 **Figura 2.29** Causas externas de morte por sexo, Portugal e UE 28 (2014)
- 51 **Figura 2.30** Taxa de suicídio dos 15 aos 29 anos por sexo e país (2010)
- 51 **Figura 2.31** Mudança na taxa de suicídio por sexo, Portugal (2002-2014)
- 52 **Figura 2.32** Autotranscendência, entre os 15 e os 29 anos, por país e sexo, 2014 (média)
- 53 **Figura 2.33** Autopromoção, entre os 15 e os 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)
- 54 **Figura 2.34** Abertura à mudança, entre 15 e 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)
- 54 **Figura 2.35** Conservadorismo, entre 15 e 29 anos, por país e por sexo, 2014 (média)
- 57 **Figura 3.1** Perfis de países (2014 e 2015) (Homens)
- 58 **Figura 3.2** Perfis de países (2014 e 2015) (Mulheres)
- 60 **Figura 3.3** Classes sociais dos jovens dos 15 aos 29 anos, por país e sexo, 2015 (%)

ÍNDICE DE QUADROS

- 12** **Quadro 1.1** População residente em Portugal
por grupos etários e por sexo, 2015
- 44** **Quadro 2.1** Determinantes do rendimento mensal dos
indivíduos dos 15 aos 29 anos, por país selecionado, 2015
- 68** **Quadro 1** Juventude, educação e condições de vida, por país e UE 27
- 69** **Quadro 2** Juventude e condições de trabalho, por país e UE 27

